

Projeto Básico - SEI

Processo nº 23764.014152/2025-10

## 1. OBJETIVO

1.1. O presente documento tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para execução das obras do Grupo 02 previstas por meio de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, para o Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. (HU-FURG), filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH - Anexo Ambulatorial e Revitalização do Passeio Público e Acessos**, incluindo fornecimento pela contratada de mão de obra, materiais, ferramentas e equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital da contratação e seus anexos, sendo todos os serviços constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, e subsidiariamente em outros sistemas referenciais de custos oficiais.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) foi criada pela Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua finalidade é a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade. Ademais, a empresa apoia instituições públicas federais de ensino na prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão na área da saúde, consolidando-se como a maior rede de hospitais públicos do Brasil.

2.2. Atuando em dois dos principais desafios do país, educação e saúde, a EBSEH impacta positivamente a qualidade de vida da população por meio de sua rede de 40 Hospitais Universitários Federais (HUFs), que operam com uma gestão baseada na excelência. Os hospitais da Rede EBSEH desempenham papel essencial como centros de referência para o Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas em parceria com universidades federais.

2.3. O Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. (HU-FURG), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), é um hospital geral de ensino público de nível terciário, que atende integralmente pelo SUS. Sua missão abrange assistência à saúde, ensino, pesquisa e extensão, dispondo de uma ampla estrutura administrativa e assistencial, incluindo aproximadamente 216 leitos operacionais de internação.

2.4. O HU-FURG é referência para casos de média e alta complexidade na 3ª Coordenadoria Regional de Saúde do Rio Grande do Sul (RS), que abrange 22 municípios do extremo sul do estado. Além disso, presta atendimento de alta complexidade nas áreas de traumatologia e ortopedia, HIV/AIDS e gestação de alto risco para seis municípios da 7ª Coordenadoria Regional de Saúde do RS.

2.5. Integrante da Rede EBSEH, o HU-FURG é constituído por uma única unidade hospitalar, cuja estrutura foi ampliada ao longo dos anos. Suas instalações incluem recepção, setores de atendimentos básicos, UTI geral, bloco cirúrgico, centro de imagens, UTI neonatal, UTI pediátrica e diversas outras unidades críticas e semicríticas. O hospital também conta com um ambulatório externo e uma área administrativa anexa de quatro pavimentos.

### 2.6. Plano de reestruturação física do HU-Furg

2.6.1. Em 2024, o HU-FURG foi contemplado com recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), possibilitando a implantação do Plano de Reestruturação Física do hospital, um marco fundamental para a melhoria dos serviços prestados ao SUS.

2.6.2. Após estudos técnicos, o plano foi segmentado em três grupos:

- **Grupo 01:** Reestruturação elétrica;
- **Grupo 02:** Reestruturação ambulatorial;
- **Grupo 03:** Reestruturação física.

2.6.3. A primeira etapa, referente à reestruturação elétrica, está em andamento, com o objetivo de ampliar a capacidade operacional da subestação elétrica do hospital. A melhoria da infraestrutura elétrica é essencial para suportar futuros aumentos de carga e garantir a expansão dos serviços proporcionados pelas obras do PAC.

2.6.4. Com a conclusão dessa fase, será viabilizada a execução do Grupo 02, que abrange a ampliação e modernização do setor ambulatorial, reforma da lavanderia para instalação da Nova Central de Material Esterilizado (CME), e revitalização dos passeios públicos e acessos do hospital.

### 2.6.5. Sobre a Reforma do Anexo Ambulatorial e Revitalização das Fachadas do Anexo Administrativo:

2.6.5.1. As edificações principais do Hospital HU-FURG possuem uma estrutura predial de mais de 48 anos de idade. Ao longo desse período, diversas intervenções e adequações foram realizadas.

2.6.5.2. Assim, para melhorar o fluxo interno do hospital e a possibilidade de expansão do mesmo, o prédio da Área Acadêmica Prof. Newton de Azevedo, situado ao lado do hospital, interligados internamente, será totalmente reformado para alocação dos ambulatórios do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Júnior. O prédio possui uma área total construída de 5.165,12m². A reforma contemplará uma área total de 3.116,64m² de área interna mais 4.277,80m² de área de fachadas e cobertura.

2.6.5.3. A partir da reforma e ocupação do Anexo Ambulatorial, libera-se espaço no hospital para fazer as demais intervenções físicas no hospital previstas no PAC.

2.6.5.4. Ainda, faz parte do escopo da contratação, a revitalização de todas as fachadas do Anexo Administrativo, de modo a compatibilizar com a nova fachada do Anexo Ambulatorial. Ainda, no Anexo Administrativo deve haver a inclusão de elementos de proteção solar nas aberturas, além do projeto de linhas de vida. Este prédio também é situado junto ao hospital, conectados internamente, possuindo uma área de fachadas de 920,00m² e uma área de cobertura de 379,28 m².

2.6.5.5. As obras a serem executadas visam reestruturar e modernizar as áreas assistenciais, de ensino e pesquisa, melhorando o atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), trazendo benefícios que incluem, dentre outros, a qualificação dos serviços ambulatoriais, segregação do fluxo de pacientes, melhoria na acessibilidade, conforto e bem-estar, renovação da imagem institucional e, ainda, trazendo benefícios para a segurança do paciente e para a saúde do trabalhador.

#### 2.6.6. Sobre a Reforma da Nova Central de Material Esterilizado (CME):

2.6.6.1. A Central de Material Esterilizados (CME), que hoje está localizado no térreo do hospital, em uma extremidade, distante do Bloco Cirúrgico, com a reforma prevista, irá para o centro do hospital, também no térreo, ao lado do bloco cirúrgico, o que torna a logística muito mais adequada, além de proporcionar um layout mais eficaz.

2.6.6.2. A construção de uma nova Central de Material Esterilizado (CME), próxima ao bloco cirúrgico, visa garantir maior eficiência e agilidade nos processos de esterilização e distribuição de materiais. Essa proximidade facilita o fluxo de materiais esterilizados, reduzindo o tempo de transporte e o risco de contaminação, além de otimizar as operações, contribuindo para a segurança e a qualidade dos procedimentos cirúrgicos.

2.6.6.3. A área prevista para as novas instalações é de aproximadamente 298,00m².

2.6.6.4. Os equipamentos necessários para o funcionamento do CME não devem fazer parte do orçamento da obra, porém, deve ser prevista toda infraestrutura para que eles possam funcionar perfeitamente. Assim, descreve-se os equipamentos previstos para o local, quais sejam: 02 Autoclaves, 02 Termodesinfectoras de barreira, 01 Termodesinfectora de descarga, 02 Secadoras Hospitalares, 03 Lavadoras Ultrassônica e 06 Pass Through.

#### 2.6.7. Sobre a Revitalização dos Passeios Públicos e Acessos do Hospital:

2.6.7.1. Revitalização do passeio público do quarteirão onde se encontra o Hospital Universitário, adequando à legislação vigente, com foco na acessibilidade urbana, assim como na qualificação da ambiência.

2.6.7.2. A reforma dos acessos e a instalação de coberturas proporcionarão maior conforto e segurança para pedestres, além de melhorar a imagem institucional do hospital, refletindo seu compromisso com a excelência no atendimento e criando um ambiente mais acolhedor.

2.7. Em razão das restrições operacionais e da necessidade de garantir a continuidade da assistência hospitalar, a contratação das três obras foi desmembrada em dois grupos:

- Reforma da Lavanderia para instalação da nova Central de Material Esterilizado (CME), já licitada; e
- Anexo Ambulatorial e Revitalização do Passeio Público e Acessos.

2.8. A execução da reforma do Anexo Ambulatorial está condicionada à liberação da Área Acadêmica Prof. Newton de Azevedo, atualmente em processo de desocupação e adequação, a qual será reformada para abrigar os ambulatorios do HU-FURG.

2.9. Somente após a liberação integral dessa área acadêmica será possível dar início às obras do anexo. A reforma do Anexo Ambulatorial e a revitalização dos passeios públicos e acessos serão executadas de forma concomitante, garantindo a integração estética e funcional entre os espaços, além de otimizar recursos e evitar retrabalhos.

2.10. A tabela a seguir apresenta o quantitativo de serviços a serem contratados:

Tabela 1 – Serviços a serem contratados

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	4545	Anexo Ambulatorial e Revitalização do Passeio Público e Acessos	UN	01

2.11. Em caso de eventual discordância existente entre as especificações descritas no sistema CATSER do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) e as especificações constantes neste Projeto Básico, prevalecerá a descrição contida neste projeto.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Com base na Lei nº 14.133/2021, art. 6º, incisos XII, o objeto tem a natureza de obra de engenharia, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, em sua forma eletrônica.

3.2. O regime de execução do contrato adotado será o de contratação empreitada por preço global, logo, o projeto básico da contratação, juntamente com seus anexos, será completo, adequado e suficiente para permitir a elaboração das propostas do certame licitatório e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

#### 3.2.1. Da Justificativa para a Escolha da Contratação

3.2.1.1. De acordo com os termos do Art. 42, § 4º da Lei nº 13.303/2016 e em conformidade com o disposto no art. 8º, inciso V, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH – RLCE, Versão 2.0, o regime de execução a ser adotado para obras e serviços de engenharia é a empreitada por preço global.

3.2.1.2. Esse regime tem como característica principal a contratação de objeto definido e previamente dimensionado em projeto, no qual o contratado assume a obrigação de entregar a obra ou serviço por preço certo e total. Tal sistemática permite maior previsibilidade financeira, reduz riscos de alterações contratuais decorrentes de variação de quantitativos e assegura melhor planejamento orçamentário por parte da Administração.

3.2.1.3. Além disso, a adoção da empreitada por preço global encontra respaldo no RLCE 2.0 da EBSEH, que orienta a utilização desse modelo em situações nas quais é possível estabelecer, de forma precisa, as quantidades e especificações dos serviços a serem executados. Dessa forma, garante-se maior segurança jurídica ao contrato e adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

3.2.1.4. Em razão da adoção do regime de execução por preço global, a sistemática de medição e pagamento será

vinculada ao cumprimento das etapas previstas no cronograma físico-financeiro aprovado, sendo o pagamento proporcional à execução das parcelas concluídas, sem a adoção de preços unitários por item executado.

3.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov) e as especificações constantes deste Projeto Básico, prevalecerão as últimas.

3.4. A execução do objeto não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.5. Este projeto básico, juntamente com seus anexos, é completo, adequado e suficiente para permitir a elaboração das propostas do certame licitatório e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.6. A contratação será realizada por meio de processo licitatório eletrônico, nos termos do preconizado no Regulamento de Licitações e Contratos – EBSEH.

3.7. A escolha da solução será a contratação através de LICITAÇÃO, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, utilizando-se da modalidade Concorrência, em razão do enquadramento do objeto como obra de engenharia.

3.8. O critério de julgamento da proposta adotado será o de MAIOR DESCONTO.

3.9. O modo de disputa será o ABERTO. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,75%.

3.10. No âmbito da Ebserh, a Resolução n.º 220, de 20 de julho de 2023 e Resolução n.º 102, de 20 de fevereiro de 2020, ambas do Conselho de Administração, estabelecem as diretrizes e as regras para a execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades que envolvam atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh.

3.10.1. No presente caso, as atividades a serem contratadas NÃO envolvem atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh, não havendo, pois, incidência das disposições da Resolução-CA n.º 220/2023 e n.º 102/2020.

#### **4. DAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS**

4.1. Legislação e normas de infraestrutura da Rede Ebserh contidas no sítio eletrônico institucional ([Link](#));

4.2. Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e suas subsidiárias;

4.3. Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;

4.4. Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

4.5. Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH 2.0 (RLCE 2.0) - Resolução nº 155, de 28 de abril de 2022 do Conselho de Administração - aprovado em 28 de abril de 2022;

4.6. Instrução Normativa - SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.7. Instrução Normativa - SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental;

4.8. DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013 - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

4.9. Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) 2.1.10. Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (alterada pela Lei nº 14.026/2020).

4.10. Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, com alterações introduzidas pelas Resoluções CONAMA nº 348/2004, nº 431/2011, nº 448/2012 e 469/2015).

#### **5. VISTÓRIA TÉCNICA**

5.1. Durante a fase procedimental licitatória a empresa poderá apresentar Termo de vistoria técnica assinado pelo responsável do HU-Furg, conforme modelo disponibilizado como anexo, comprovando que, preferencialmente, por intermédio de integrante do seu quadro de Responsáveis Técnicos, a licitante vistoriou o local onde serão realizados os serviços, bem como de que detém todos os documentos necessários (Edital e seus anexos), e de que conhece os locais onde serão executadas as obras/serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de serviços, até o último dia útil imediatamente anterior à data de abertura da licitação.

5.2. Recomenda-se que a vistoria seja realizada por profissional devidamente registrado no CREA ou CAU e autorizado pelo responsável técnico, caso não seja o próprio responsável técnico quem realize a vistoria;

5.2.1. O representante, credenciado pela licitante para efetuar a vistoria deverá apresentar-se à DLIH- HU-FURG/EBSEH (Divisão de Infraestrutura e Logística Hospitalar) munido da declaração de responsável técnico, ou autorização do responsável técnico, bem como de documento que comprove poderes de representação (contrato social ou procuração).

5.2.2. As visitas deverão ser agendadas, através do telefone (53) 3233-8857, com o Arquiteto Vitor Wawrick na Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar do HU FURG/EBSEH, situado à R. Gen. Canabarro, esquina com Gen. Osório, Centro, CEP: 96200-190, Rio Grande/RS, nos horários de 08:00h às 12:00h e 13:30h às 17:00h, de segunda-feira a sexta-feira.

5.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.4. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.5. Caso a empresa não realize a visita técnica, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

## 6. ÁREA ESTIMADA

6.1. As quantidades a serem contratadas em termos de metros quadrados (m²) estão definidas na tabela 02.

Tabela 02 - Quantidades a serem contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Anexo Ambulatorial e Revitalização do Passeio Público e Acessos	M²	4.044,64 m²

## 7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

7.1. O art. 7º, § 2º dispõe que, quando for adotado o critério de julgamento por maior desconto, a estimativa de preços deverá constar do instrumento convocatório.

7.2. O valor estimado o item encontra-se apresentado na Tabela 03.

Tabela 03 - Valor estimado do item

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR APLICANDO % MÁXIMA DE BONIFICAÇÃO
01	Anexo Ambulatorial e Revitalização do Passeio Público e Acessos	01	R\$ 30.789.683,86	R\$ 30.789.683,86	R\$ 32.637.064,89

7.3. O valor a ser cadastrado no Sistema de Compras do Governo Federal será o valor total + a bonificação prevista no item 14.17.3. (podendo chegar a R\$ 32.637.064,89) para viabilizar a contratação no Compras.gov.

7.3.1. Na sua proposta, o licitante também deve discriminar o valor da execução da obra e o valor considerando a bonificação, devendo atentar-se a isso no dimensionamento dos seus lances.

7.4. A taxa de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) encontra-se discriminada nos anexos deste projeto básico.

## 8. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

8.1. A não ser quando especificado em contrário, os materiais a serem empregados nos serviços serão todos novos, de primeira qualidade (assim entendida a gradação de qualidade superior, quando existirem diferentes gradações da ABNT), sendo expressamente vedado o uso de material improvisado em substituição ao especificado, assim como, não se admitirá a adaptação de peças, seja por corte ou por outro processo, a fim de usá-las em substituição a peças recomendadas e de dimensões adequadas.

8.2. Em todos os serviços, deverão ser observadas rigorosamente as recomendações dos fabricantes dos materiais utilizados, quanto ao método executivo e às ferramentas apropriadas a empregar.

8.3. A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, submeter com antecedência à apreciação da FISCALIZAÇÃO amostras dos materiais e/ou acabamentos a serem utilizados na obra.

8.4. Dessa forma, não serão aceitos pela FISCALIZAÇÃO, os serviços executados com materiais diferentes dos anteriormente aprovados ou estejam em desacordo com as Especificações Técnicas da obra.

8.5. A empresa CONTRATADA é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante às disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual EPI.

## 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

9.1. O programa ambulatorial do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. (HU-FURG), atualmente distribuído em diferentes locais, será centralizado em um único edifício, reunindo todos os serviços ambulatoriais em um espaço exclusivo, com acesso independente. Essa unificação é essencial para otimizar a eficiência operacional, melhorar o fluxo de atendimentos e elevar a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

9.2. A reorganização dos serviços ambulatoriais proporcionará uma experiência mais integrada e eficiente tanto para os pacientes quanto para os profissionais de saúde. O projeto contempla, ainda, a modernização e readequação dos consultórios e das áreas destinadas ao ensino, com a adoção de um layout funcional, alinhado às necessidades assistenciais e acadêmicas.

9.3. As melhorias nos ambientes de ensino permitirão o aproveitamento mais racional dos espaços, favorecendo o desenvolvimento de atividades práticas, sessões de treinamento e maior integração entre estudantes e profissionais de saúde.

9.4. A execução da obra resultará na ampliação da capacidade de atendimento ambulatorial do hospital, ao mesmo tempo em que aprimorará a experiência de aprendizado dos estudantes, contribuindo para a formação de profissionais mais qualificados e preparados para os desafios do ambiente hospitalar.

9.5. O projeto contempla também a revitalização dos passeios públicos e do paisagismo no entorno do edifício, além da implantação de cobertura nos acessos, proporcionando maior conforto e proteção aos usuários.

9.6. Essa intervenção é de relevância institucional, pois reforça a imagem do hospital, transmitindo profissionalismo, modernidade e comprometimento com a excelência na prestação de serviços de saúde. Uma fachada revitalizada e bem conservada reflete o cuidado da instituição com a qualidade do atendimento e o bem-estar dos pacientes, fortalecendo sua credibilidade e reputação junto à comunidade.

9.7. Adicionalmente, a revitalização dos passeios públicos contribuirá para a melhoria da acessibilidade, segurança e

conforto dos pedestres, em especial das pessoas com mobilidade reduzida, promovendo um ambiente mais acolhedor, inclusivo e funcional para pacientes, visitantes e profissionais de saúde.

#### **9.8. Local de Execução dos Serviços**

9.8.1. Os serviços serão executados na Área Acadêmica Prof. Newton de Azevedo, onde será implantado o novo Anexo Ambulatorial.

9.8.2. Na sequência, será realizada a revitalização das fachadas, dos passeios públicos e dos acessos do HU-FURG.

9.8.3. Ressalta-se que ambos os prédios estão localizados na mesma quadra, sendo o endereço do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. à Rua Visconde de Paranaguá, nº 102 – Centro – Rio Grande/RS – CEP 96200-190.

#### **9.9. Sobre os profissionais que executarão os serviços**

9.9.1. É expressamente proibida a circulação de profissionais sem identificação nas dependências do HU-Furg.

9.9.2. É vedado ao preposto e encarregado o não cumprimento de solicitação e/ou orientação da equipe de fiscalização do contrato, bem como o não repasse das orientações recebidas aos prestadores de Serviço.

9.9.3. A Contratada será responsável pelo fornecimento de uniforme completo aos seus empregados.

9.9.4. Os profissionais deverão utilizar métodos, ferramentas, equipamentos adequados na execução dos serviços, bem como e usar uniforme e EPI's adequados.

#### **9.10. Sobre materiais equipamentos e instrumentos**

9.10.1. A conservação, seguro e guarda dos Equipamentos, Ferramentas e Instrumentos é de responsabilidade da CONTRATADA.

9.10.2. Todos os instrumentos de medição deverão ser calibrados periodicamente ou quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

9.10.3. Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de calibração.

9.10.4. A calibração deverá ser executada em laboratório credenciado, pertencente à rede nacional de calibração do Inmetro com a apresentação de certificado à FISCALIZAÇÃO.

9.10.5. Todo o transporte (vertical e horizontal) de material ou pessoal, que se fizer necessário para a execução dos serviços, ficará a cargo da CONTRATADA.

9.10.6. O HU-Furg deverá fornecer a água e energia elétrica, sendo que as extensões até o ponto de uso serão de responsabilidade da CONTRATADA.

9.10.7. Os materiais inflamáveis só poderão ser armazenados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndio determinados pelos órgãos competentes.

9.10.8. Será necessário comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição.

#### **9.11. Demolições/Remoções**

9.11.1. Após uma rigorosa inspeção, a Contratada deverá verificar os cuidados a serem tomados para não haver danos durante a remoção de todo o material ou instalações economicamente reaproveitáveis, tais como, caixilhos, portas, fiações elétricas e outros.

9.11.2. Os materiais e equipamentos removidos serão transportados até os locais de armazenamento indicados pela Fiscalização.

9.11.3. Antes do início dos serviços, a Contratada procederá a um detalhado exame e levantamento da edificação ou estrutura a ser demolida. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, os métodos utilizados na construção da edificação, as condições das construções da edificação e as condições das construções vizinhas.

9.11.4. A CONTRATADA deverá seguir as instruções do Manual de Prevenção de infecções relacionadas a construção civil, anexo XIV.

#### **9.12. Sobre a execução dos serviços**

9.13. A contratada deverá dispor de pessoal técnico especializado, devidamente capacitado e treinado compatível com o serviço a ser realizado.

9.14. A CONTRATADA deverá executar os serviços em tempo hábil, de acordo com o cronograma. Não serão aceitas justificativas para atraso ou paralisação dos serviços devido à falta de materiais ou equipamentos.

9.15. Quando houver exigência de marcas, produtos e especificações será admitido uso de similares, se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e quando aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

9.16. A similaridade indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia.

9.17. A similaridade será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela CONTRATADA, laudos técnicos do material ou laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados.

9.18. Caberá à CONTRATADA comprovar a necessidade de substituição ou aplicação do material por ela solicitado, cuja justificativa deverá ser assinada pelo Responsável Técnico e encaminhada ao Fiscal Técnico.

- 9.19. A CONTRATADA deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva necessários à execução dos serviços, devendo manter registro de entrega nominal a cada funcionário. O controle da qualidade e o uso adequado, bem como a guarda desses é de sua responsabilidade.
- 9.20. Nenhum trabalho adicional ou modificação de projeto fornecido pelo HU-FURG será efetivado pela contratada sem a prévia e expressa autorização por escrito da fiscalização do HU-FURG, respeitadas todas as disposições e condições estabelecidas no contrato.
- 9.21. Todo e qualquer dano aos prédios e patrimônio do HU-FURG, causado em virtude dos serviços executados, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo esta providenciar sua recuperação e/ou reposição.
- 9.22. Danos que podem se agravar devem ser recuperados imediatamente, por exemplo, vazamentos de água, potencial curto-circuito, instabilidades com ameaça de desabamento ou de quebra de fragmentos, situações potenciais de risco alto.
- 9.23. Deverá ser apresentado para a Fiscalização do contrato cronograma físico dos serviços programados de modo a ser avaliado previamente os impactos das programações de paradas de equipamentos e de atividades do Hospital.
- 9.24. Uma vez definido o cronograma e iniciada a atividade a ocorrência de fatos excepcionais e imprevisíveis os pedidos de prorrogação de prazo serão encaminhados por escrito à Fiscalização do contrato, 01 (um) dia após o evento, com justificativa circunstanciada.
- 9.25. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, que será anexo do projeto básico.
- 9.26. A CONTRATADA deverá executar os serviços seguindo as normas da associação brasileira de Normas Técnicas ABNT aplicáveis ao objeto, que poderão ser invocadas pela Fiscalização do contrato na exigência do seu cumprimento durante o decorrer dos trabalhos.
- 9.27. Serviços em desconformidade com a normatização vigente não serão aceitos, cabendo à CONTRATADA refazê-los sem ônus para a contratante, quando apontados pela Fiscalização do contrato.
- 9.28. A CONTRATADA deverá executar os serviços seguindo, também, as normas dos órgãos reguladores externos aplicáveis ao objeto, em particular a Resolução RDC/Anvisa nº 50/2002.
- 9.29. A CONTRATADA deverá obedecer, ainda, as normas internas do HU-Furg e da Ebserh para execução do objeto, de modo a minimizar os impactos na rotina das áreas assistenciais e administrativas da instituição.
- 9.30. A CONTRATADA deverá, além disso, adotar boas práticas de engenharia construtiva na condução do contrato, visando ao cumprimento de prazos acordados com a Fiscalização, à otimização dos recursos de material e mão de obra, à redução dos desperdícios e geração de entulho, e ao cumprimento das normatizações aplicáveis já mencionadas, incluindo às normas internas da instituição.
- 9.31. A logística dos processos construtivos deverá ser revista pela CONTRATADA, caso a Fiscalização aponte desvios nos itens acima, sem ônus para a contratante.
- 9.32. Não serão aceitos serviços ou tarefas que não estejam de acordo com os projetos, especificações e normas aplicáveis.
- 9.33. O ônus pelos retrabalhos necessários para correção dos serviços apontados pela Fiscalização será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Os serviços só serão aceitos após reparação a contento, a ser verificada pela Fiscalização.
- 9.34. Na ocorrência de inconsistências, ou interferências não previstas que impeçam a execução ou prejudiquem a qualidade dos trabalhos, estas deverão ser imediatamente comunicadas de forma oficial à Fiscalização, que adotará as soluções cabíveis para a continuidade das tarefas.
- 9.35. A falta de comunicação prévia à Fiscalização poderá gerar retrabalhos, pois caso seja adotada solução executiva pela CONTRATADA sem esta comunicação, ela será passível de avaliação, podendo ser reprovada caso seja considerado não conforme. O ônus, nesta situação, caberá inteiramente à CONTRATADA.
- 9.36. A responsabilidade técnica pela execução dos serviços é da CONTRATADA, sendo que dependendo do serviço demandado será cobrado ART/RRT do responsável pela execução.
- 9.37. A Fiscalização atuará diariamente, acompanhando as etapas construtivas, possuindo a prerrogativa de paralisar estas atividades caso considere desconforme em relação aos projetos, ou em desacordo com as boas práticas de engenharia, normas ABNT ou demais órgãos reguladores externos.
- 9.38. Caberá à CONTRATADA tomar as providências necessárias para sanar as não conformidades apontadas, possibilitando a retomada dos serviços.
- 9.39. A CONTRATADA será fiscalizada nas questões de segurança do trabalho.
- 9.40. Atividades consideradas de risco poderão ser interrompidas, caso infrinjam as normas de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) no que preconiza a NR 18 (Condições e meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e outras NRs aplicáveis à execução do objeto.
- 9.41. Cabe à CONTRATADA fornecer os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados aos seus trabalhadores, bem como os equipamentos de proteção coletiva (EPCs).
- 9.42. No caso de não fornecimento, ou de não utilização do EPI pelos profissionais, a Fiscalização notificará a CONTRATADA, que deverá tomar as providências para regularizar a situação e, caso o fornecimento não seja realizado, sanções contratuais ou paralisação de atividades poderão ser adotadas.
- 9.43. Na ocorrência de fiscalização de Saúde e Segurança do Trabalho pelos órgãos regulamentadores externos, comum em empreendimentos de engenharia construtiva, caberá o ônus por eventuais multas pelo descumprimento da normatização relativa às questões de saúde e segurança do trabalhador inteiramente à CONTRATADA.
- 9.44. Eventuais danos ao patrimônio da contratante, causados durante a realização dos serviços, deverão ser reparados pela CONTRATADA.



9.45. O objeto contratual será executado em um hospital em funcionamento. Sendo assim, cabe à CONTRATADA treinamento e orientações aos seus trabalhadores quanto aos riscos na prestação de serviços em unidades hospitalares, como exposição a agentes patogênicos. Estes treinamentos deverão ser registrados em ata, e encaminhados à Fiscalização para arquivamento.

9.46. A Fiscalização poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.

9.47. A responsabilidade técnica pelos serviços executados cabe à CONTRATADA. A existência e a atuação da Fiscalização em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

9.48. A Fiscalização, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exaço ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da CONTRATADA, bem como, de subempreiteiras e/ou subcontratadas.

9.49. A inobservância ou desobediência às instruções e orientações da Fiscalização, bem como a ocorrência reiterada de atrasos na entrega das demandas ou baixa qualidade na prestação dos serviços, importará na aplicação das sanções contratuais, também podendo ser aplicado desconto nas medições das despesas a que a CONTRATADA tenha dado causa.

## **10. GARANTIA DA OBRA**

10.1. A CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo (art. 618, caput, do Código Civil).

10.1.1. A Ebserh, enquanto dona da obra, decairá deste direito se não propuser a ação contra a CONTRATADA, nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito (art. 618, parágrafo único, do Código Civil).

10.1.2. O início da garantia quinquenal coincide com a data de recebimento da obra.

10.2. Os serviços e materiais de que trata o objeto da contratação, quando não relacionados à solidez e segurança do trabalho, deverão possuir garantia mínima conforme prazos dispostos na [Norma ABNT NBR 17170](#) ou norma superveniente que vier a substituí-la.

10.3. O prazo de garantia contratual das instalações contendo equipamentos, bem como dos equipamentos em si, deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses a partir do startup dos equipamentos.

10.3.1. A garantia será prestada com vistas a manter as instalações em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

10.3.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelos fabricantes dos equipamentos seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

10.3.3. A garantia deverá ser prestada usualmente no local onde o sistema foi instalado, porém caso seja necessário o envio do equipamento para manutenção em outro local todos os custos deverão ficar a cargo da Contratada.

10.3.4. A assistência técnica das instalações no período de garantia deve ser prestada pela Contratada ou subcontratada. A assistência técnica dos equipamentos deverá ser prestada pelo fabricante do equipamento ou empresa credenciada pelo mesmo.

10.3.5. O tempo de atendimento técnico para instalações e equipamentos não deve exceder 3 (três) dias corridos, e o tempo de solução técnica não deve exceder 10 (dez) dias corridos.

10.3.5.1. Em casos devidamente justificados, a Contratada deverá proceder com a substituição do equipamento por um backup quando não conseguir resolver a solicitação em tempo hábil, mantendo a qualidade técnica exigida.

10.3.6. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

10.4. A garantia será sempre exigida da CONTRATADA, portanto, em nenhuma hipótese será admitida qualquer transferência de responsabilidade para terceiros.

10.5. Conforme art. 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0, o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo.

## **11. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

11.1. Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.

11.2. O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

11.3. Todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos. UASG 155908 Estudo Técnico Preliminar 99/2023 4 de 10.

11.4. No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).

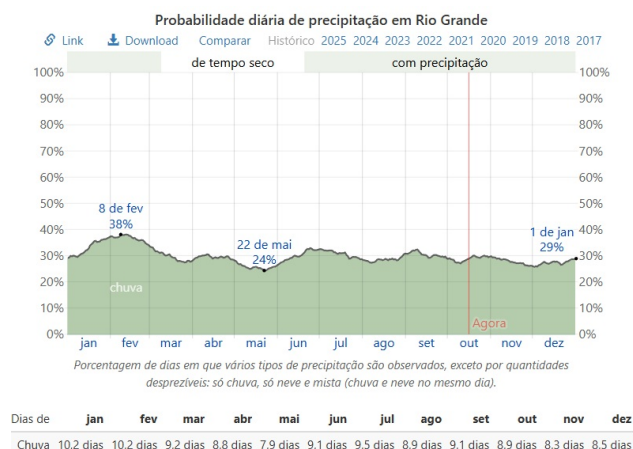
11.5. Utilização de materiais impermeabilizantes que possuam o atributo de isolar termicamente a edificação.

- 11.6. Para a execução do objeto não é necessário licenciamento ambiental prévio, na forma das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) n.º 001/1986 e n.º 237/1997 e da Lei n.º 6.938/1981.
- 11.7. Em observância à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:
- I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
  - II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
  - III - observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
  - IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
  - V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
  - VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
  - VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
  - VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

## 12. FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual.
- 12.2. O contrato terá vigência pelo período de 18 meses, podendo ser prorrogado, desde que atendidas as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e da legislação vigente.
- 12.3. O prazo de execução do item será de:
- 12.3.1. 548 dias corridos.
  - 12.3.2. **Considerações sobre o cronograma e regime pluviométrico local**
    - 12.3.3. O cronograma físico-financeiro previsto para a execução da obra considera um prazo de 548 (quinhentos e quarenta e oito) dias corridos, o qual já incorpora a expectativa de paralisações razoáveis em função do regime pluviométrico característico da cidade de Rio Grande/RS.
    - 12.3.4. Segundo dados climáticos do portal WeatherSpark, Rio Grande apresenta ocorrência média mensal de dias com precipitação (mínimo de 1 mm) distribuídos ao longo do ano, com meses em que a média mensal é de 8 a 10 dias de chuva. Isso implica que, em média, em torno de 100 a 110 dias do ano registram precipitação mínima, demonstrando que períodos chuvosos são inerentes ao clima local.
    - 12.3.5. Desse modo, não serão aceitas como justificativa para prorrogação de prazo as paralisações que decorrem de chuvas dentro dessa faixa esperada e previsível, visto que o planejamento já contemplou essa condição climática habitual para a região.

Imagem 01 - Probabilidade diária de precipitação em Rio Grande



Fonte: <https://pt.weatherspark.com/y/29606/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Rio-Grande-Rio-Grande-do-Sul-Brasil-durante-o-ano#Figures-Temperature>

- 12.4. A ordem de serviço referente a cada item será considerada concluída somente após a emissão do termo de recebimento definitivo emitido pela CONTRATANTE.
- 12.5. A FISCALIZAÇÃO receberá a ordem de serviço provisoriamente, constatando a qualidade dos serviços prestados.
- 12.6. Será verificado o funcionamento de todas as instalações e serviços, ficando a cargo da CONTRATADA a substituição de qualquer item considerado insuficiente ou em desacordo com o especificado pela CONTRATANTE.
- 12.7. A data prevista para início da vigência do Contrato é imediatamente após a assinatura do contrato entre o HU-Furg e a



licitante.

12.8. A rescisão unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

12.9. A critério da Ebserh, caso exista risco ao regular funcionamento da unidade, o prazo referido no subitem anterior poderá ser reduzido ou ampliado.

12.10. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições deste contrato e sua proposta, acréscimos ou supressões nos serviços, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor constante do contrato, a teor do que dispõe o artigo 81, §1 da Lei 13.303/2016 e o artigo 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

### 13. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO

#### 13.1. INÍCIOS E PRAZOS:

13.1.1. A data de início da execução da obra será definida pela FISCALIZAÇÃO com a emissão da ordem de serviço, após a apresentação de todas as licenças, alvarás e documentos necessários para execução da mesma. Não havendo garantia de início imediato à celebração do contrato.

13.1.2. A documentação para início da obra deverá ser providenciada em no máximo 30 (trinta) dias contados da celebração do contrato, sob pena de multa.

13.1.3. Deverá constar, junto aos documentos apresentados para autorização de início da execução da obra, as documentações citadas a seguir referentes ao cumprimento dos requisitos legais dispostos nas normas regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3.214/78 do MTE. A não apresentação de todos os documentos relacionados implicará na não autorização de início dos serviços pela FISCALIZAÇÃO:

13.1.4. No prazo de 20 (vinte) dias antes do início da prestação dos serviços, para análise da documentação e caso necessário a correção antes do início das atividades:

13.1.4.1. PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) com inventário de riscos conforme NR 01 e NR 09 (DO ESTABELECIMENTO);

13.1.4.2. PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) conforme Norma Regulamentadora - NR7 com lista de exames, por função;

13.1.4.3. ASO - Atestado de Saúde Ocupacional (com autorização para atividades específicas, quando necessário, tais como: trabalho em altura, trabalho em espaço confinado entre outros);

13.1.4.4. Lista de treinamentos realizados, bem como matriz de periodicidade (de acordo com as atividades que serão prestadas nas dependências da contratada);

13.1.4.5. Ficha de Equipamento de Proteção Individual - EPI com seus respectivos números de Certificação de Aprovação (CA);

13.1.4.6. Ordens de serviço assinadas por todos os trabalhadores, conforme Norma Regulamentadora nº 01;

13.1.4.7. Carteira de vacina atualizada (Difteria e Tétano (dT) , Hepatite B, Tríplice Viral, Febre Amarela , Covid-19);

13.1.4.8. Análise Preliminar de Risco - APR das atividades;

13.1.5. No prazo de 10 (dez) dias após o início da prestação dos serviços:

13.1.5.1. Laudo de Insalubridade: exigência da Norma Regulamentadora - NR15 e/ou Laudo de Periculosidade: exigência da Norma Regulamentadora - NR16;

13.1.5.2. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, gestão atual, se houver enquadramento no quadro 1 da Norma Regulamentadora - NR5;

13.1.5.3. Registro do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) da empresa, se houver enquadramento da Norma Regulamentadora - NR4;

13.1.5.4. \* **Caso haja substituição de postos de trabalho, enviar a documentação referente ao novo colaborador, 48h ÚTEIS antes do início das atividades;**

13.1.6. A CONTRATADA deverá seguir as todas as práticas de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), por meio de seus responsáveis técnicos, tais como:

13.1.6.1. Utilizar meios para isolar a área de trabalho, conforme o serviço a ser executado: avisos, faixas, cordões de isolamento, telas, tapumes, cortinas vedantes para obras que geram poeira, bem como garantir a segurança na fixação de tapumes e andaimes, quando necessário;

13.1.6.2. Caberá à CONTRATADA total responsabilidade no cumprimento dos Requisitos deste projeto básico (PB) do HU-Furg/EBSEH, dos procedimentos a seguir estabelecidos, bem como os demais previstos na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943, nas Seções III, IV, e V; das Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria Nº 3214, de 8 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego da ENIT (Escola Nacional de Inspeção do Trabalho), da SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho), atender a Lei nº 7.102/83 e as recomendações da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), pertinente ao objeto da licitação, sendo obrigação exigida as CONTRATADAS, estendendo-se esta responsabilidade às suas subcontratadas;

13.1.6.3. Certificados de capacitação e habilitação para os empregados e responsáveis técnicos (Certificados de nível superior, Técnicos ou Tecnólogos, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA), Certificados de formação, capacitação para função etc.);

13.1.6.4. A CONTRATADA deve dimensionar o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), de acordo à gradação do risco da atividade principal no HU-Furg/EBSEH, ao número total de empregados no estabelecimento, seguindo o constante nos Quadros I e II da NR-4, em atendimento a NR-4

13.1.6.5. A empresa deve constituir a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), quando não aplicável, designar um profissional no HU-Furg/EBSERH para realização das atividades da CIPA, em atendimento a NR-5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes);

13.1.6.6. Manter a disposição dos órgãos de fiscalização e no local de trabalho os certificados de treinamento e ficha de entrega de equipamento de proteção individual (EPI) dos empregados, contendo EPI's específicos para a função descritos no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), para todos os empregados envolvidos no contrato em atendimento a NR-6 (Equipamento de Proteção Individual);

13.1.6.7. Manter atualizado, no local de trabalho e a disposição dos órgãos de fiscalização o PCMSO, em atendimento a NR-7 (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional);

13.1.6.8. Manter atualizado, no local de trabalho e a disposição dos órgãos de fiscalização o PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), em atendimento a NR-1 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais);

13.1.6.9. Certificados de NR-10 Básica (formação 40 horas), NR-10 Sistema Elétrico de Potência (SEP - formação 40 horas) e suas reciclagens, para os empregados que atuarão nos serviços que envolvam eletricidade e suas proximidades, conforme a NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços com eletricidade);

13.1.6.10. Certificados de treinamento da NR-11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais) para os empregados que irão atuar no transporte manual de cargas, equipamentos de elevação e através de carros transportadores, em atendimento a NR-11;

13.1.6.11. Certificado de treinamento da NR-12 para os empregados que utilizam máquinas e equipamentos, em atendimento a NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos);

13.1.6.12. Elaborar e manter no local de trabalho, os laudos técnicos de periculosidade e insalubridade em atendimento as Normas Regulamentadoras NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) e NR-16 (Atividades e Operações Perigosas);

13.1.6.13. Elaborar e manter no local de trabalho o Laudo Ergonômico e um Programa de ergonomia para o atendimento da NR-17 (Ergonomia);

13.1.6.14. Certificado de treinamento admissional e demais aplicáveis da NR-18, em atendimento a NR-18 (Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção);

13.1.6.15. Certificado de treinamento de NR-20, para os empregados indicados, em atendimento a NR-20 (Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis);

13.1.6.16. Certificados de treinamentos de noções básicas de prevenção contra incêndio para todos os empregados envolvidos no contrato, em atendimento a NR 23 (Proteção Contra Incêndios);

13.1.6.17. A Destinação dos resíduos gerados nas atividades deve atender ao que prevê a NR-25 (Resíduos Industriais);

13.1.6.18. Garantir as condições de conforme e sanitárias para os empregados, atendendo na íntegra que recomenda a NR-24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho);

13.1.6.19. A empresa deve garantir armários suficientes para guarda e conservação dos EPI's, conforme preconizado nos itens 24.4.4 a 24.4.6 da NR-24;

13.1.6.20. Após as manutenções, os empregados devem manter os locais limpos e organizados, recolhendo os resíduos frutos da sua atividade e descartar de acordo com a NR-25 (Resíduos Industriais);

13.1.6.21. A empresa deve capacitar os empregados, manter placas de orientação e manter a disposição os equipamentos de sinalização, conforme prevê a NR-26 (Sinalização de Segurança);

13.1.6.22. Manter a disposição dos órgãos de fiscalização e no local de trabalho os certificados de treinamento da NR-32, para todos os empregados envolvidos no contrato, em atendimento a NR-32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde);

13.1.6.23. Cópia dos certificados de treinamento de NR-33, em atendimento a NR-33 (Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados);

13.1.6.24. Manter a disposição dos órgãos de fiscalização e no local de trabalho os certificados de NR-35 (Trabalho em Altura) de treinamentos de trabalho em altura dos empregados que trabalharem acima de 02 (dois) metros de altura onde haja risco de queda;

13.1.6.25. Manter a disposição e no local de trabalho as Fichas de Informação de Produtos Químicos (FISPQ's) dos produtos utilizados para abastecimento das máquinas no processo de jardinagem, se houver;

13.1.6.26. Sempre que novos funcionários forem inseridos ou substituídos, a CONTRATADA deve enviar ao SOST a ficha de registro, o ASO, a ficha de entrega de EPI e os certificados de treinamentos citados acima antes do ingresso do novo empregado;

13.1.6.27. A CONTRATADA deverá seguir todos os protocolos sanitários do Estado do Rio Grande do Sul, e recomendações do HU-FURG/EBSERH;

13.1.6.28. O HU-FURG/EBSERH possui Pontos de Ancoragem limitados para trabalhos em locais elevados, especialmente para os trabalhos em altura, telhados e em fachadas, conforme exige a NR-35 (Trabalho em Altura). Sendo assim, a empresa CONTRATADA deve fazer, caso a atividade exigir, a instalação e certificação dos pontos de ancoragem para trabalho em altura, em atendimento ao Anexo II da NR-35, garantindo a segurança dos seus empregados quando dos trabalhos em telhados e/ou na fachada do hospital;

13.1.6.29. Os Pontos de Ancoragem devem ser Certificados por Profissional Legalmente Habilitado, em atendimento as Normas Regulamentadoras e Normas Brasileiras Regulamentadoras (NBR's) para pontos de ancoragem;

- 13.1.6.30. Cones de sinalização de no mínimo 75cm ou pilastras nas cores laranja e listas brancas, fitas zebradas de sinalização com recolhedor, tela tapume (cerquite) para limitação e demarcação de área, placas de sinalização de área de riscos;
- 13.1.6.31. As cintas de ancoragem devem ser certificadas e de acordo com os anexos da NR-35;
- 13.1.6.32. O sistema de ancoragem temporário deve:
- 13.1.6.33. atender os requisitos de compatibilidade a cada local de instalação conforme procedimento operacional;
- 13.1.6.34. ter os pontos de fixação definidos sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado;
- 13.1.6.35. Os equipamentos de ancoragem provisórias tais como: mosquetões, cintas de ancoragens etc., devem estar à disposição dos empregados em quantidades suficientes para atender todas as demandas de trabalho em altura;
- 13.1.6.36. Quando necessário isolar a área de trabalho ou áreas de vivências as sinalizações devem ser fornecidas pela empresa CONTRATADA;
- 13.1.6.37. Os equipamentos de resgate, tais como: macas, cordas de resgate, mosquetões e demais equipamentos para atendimento a sinistros devem ser disponibilizados pela CONTRATADA, tanto para trabalho em altura, como para espaço confinado;
- 13.1.6.38. Os equipamentos para Bloqueio e sinalização, tais como: placas de sinalização com os dizeres “Não ligar - homens trabalhando”, cadeados de bloqueio, etiquetas de sinalização, e equipamentos de bloqueio, para válvulas, disjuntores, circuitos elétricos, registros e outros, devem ser fornecidos pela empresa CONTRATADA, em atendimento às NR-10, NR-12 e NR-18;
- 13.1.6.39. Outros equipamentos de proteção coletiva podem ser necessários por avaliação da própria empresa e/ou SOST-EBSERH, devendo a EMPRESA EXECUTORA providenciar imediatamente sem ônus ao HU-FURG/EBSERH;
- 13.1.6.40. Conforme estabelece a Portaria N° 3.214 do MTP, toda empresa contratada é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou não fornecer completa proteção contra os riscos de acidentes e/ou doenças profissionais e do trabalho, enquanto as medidas de proteção coletivas estiverem sendo implementadas e para atender as emergências;
- 13.1.6.41. As vestimentas e calçado de segurança são de uso obrigatório em todas as atividades;
- 13.1.6.42. Todo o EPI necessário para a execução das atividades deverá estar em perfeita condição de uso e conservação, bem como apresentar em seu corpo, de forma indelével, o número do CA (Certificado de Aprovação) emitido pela Secretaria da Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- 13.1.6.43. Não é permitido o compartilhamento de Equipamentos de Proteção Individuais;
- 13.1.6.44. Deverá ser realizada avaliação dos produtos químicos/radioativos e definidos os EPI's necessários para utilização e manuseio, tais como: aventais, macacões, máscaras respiratórias com filtro específicos, óculos de segurança, calçados adequados etc;
- 13.1.6.45. Nota 3: Os equipamentos de proteção individual deverão ser listados e apresentados para avaliação da USOST;
- 13.1.6.46. Contratada tem obrigação de: a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade; b) exigir seu uso; c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança no trabalho; d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação; e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado; f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; g) comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada; e h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico;
- 13.1.6.47. A CONTRATADA deve entregar o PCMSO com prazo de validade atualizado que deverá ser assinado por um médico do trabalho, em conformidade com os riscos levantados no PGR também atualizado;
- 13.1.6.48. Caso a validade expire antes do término das atividades contratadas, deverá ser fornecido novo PCMSO válido;
- 13.1.6.49. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) dos empregados que realizarão serviço deve constar todos os exames determinados no PCMSO da empresa e devem estar dentro do prazo de validade, para os casos específicos deve constar a autorização para a atividade (ex: para trabalhos acima de 2,00 metros onde haja risco de queda, deve constar no ASO a autorização “apto para trabalho em altura”);
- 13.1.6.50. O PCMSO deverá cumprir as determinações exigidas na NR-07, inclusive com a realização obrigatória dos exames médicos, tais como: admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de riscos ocupacionais e demissional;
- 13.1.6.51. A Contratada deve entregar o PGR/GRO com prazo de validade em dia e atualizado;
- 13.1.6.52. A organização deve implementar, por estabelecimento, o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades;
- 13.1.6.53. Caso a validade expire antes do término das atividades ou durante o período de vigência da licitação, a contratadas deverá ser fornecido novo PGR/GRO válido;
- 13.1.6.54. A Contratada de elaborar e manter a disposição dos empregados e fazer parte do PGR, os Procedimentos de Trabalho (POPs) que orientam as atividades executadas pelas suas equipes, manuais de orientações e análises de riscos, para consulta de seus empregados no local de trabalho;
- 13.1.6.55. Para as atividades de risco, tais como: Trabalho em Altura, Trabalho em Espaço Confinado, Trabalhos com Eletricidade, Bloqueio e Sinalização, deverá obrigatoriamente a emissão de permissão para trabalho com riscos especiais PTRE/PT, sendo de responsabilidade do responsável técnico da CONTRATADA;

13.1.6.56. Para as demais atividades deve ser preenchida a APR (Análise Preliminar de Riscos), conforme cada tipo de serviço a ser realizado;

13.1.6.57. Para as situações de trabalho que requeiram a utilização de andaimes, a CONTRATADA deverá possuir equipe de trabalho capacitada (com certificação comprobatória) para montagem e desmontagem do equipamento, bem como emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para o andaime, conforme NR-18.

13.1.6.58. Para as atividades de riscos - a CONTRATADA deverá disponibilizar profissional de Segurança e Saúde do Trabalho (Engenheiro ou Técnico em Segurança do Trabalho) para garantir a segurança e integridade física dos seus trabalhadores e acompanhar as atividades de riscos, por exemplo, em altura, em espaço confinado, com gases e líquidos inflamáveis e instalações elétricas;

13.1.6.59. O atendimento aos requisitos legais e de segurança e saúde ocupacional, serão observados antes do início dos trabalhos, bem como periodicamente durante a vigência do contrato. As não conformidades constatadas durante a realização das atividades e as irregularidades de segurança e saúde ocupacional serão passíveis de embargo da atividade pela contratante;

13.1.6.60. A equipe que compõe a USOST poderá efetuar auditoria na CONTRATADA, sendo de forma programada e/ou a qualquer momento e sem aviso prévio. Sendo assim, a CONTRATADA deverá manter toda a documentação e evidências no local de trabalho, à disposição dos órgãos de fiscalização e em tempo real;

13.1.6.61. Para as atividades de içamento de cargas, deve ser atendido: Todo o equipamento utilizado para içar materiais ou pessoas devem atender as especificações das NR-11 e NR-18; Somente pessoas qualificadas, capacitadas e certificadas podem operar equipamentos de elevação; Um plano de içamento (Plano de Rigging) deve ser elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo responsável da atividade e pela USOST, antes do início da movimentação; Os equipamentos e acessórios utilizados nas atividades de movimentação de materiais devem ser certificados, estar em perfeito estado de conservação e passar por checklist antes da movimentação, conforme os formulários do HU-FURG/EBSERH; A empresa deve possuir um "Programa de Manutenção Preventiva" conforme recomendação do locador, importador ou fabricante e registrar essas manutenções junto ao livro de inspeção do equipamento;

13.1.6.62. Para trabalhos a quente, deve ser atendido: As operações de soldagem e corte a quente somente podem ser realizadas por trabalhadores qualificados; Todo o trabalho considerado trabalho a quente, como cortes, soldas, etc, devem ter uma Permissão para trabalho com riscos especiais (PTRE) e Análise Preliminar de Riscos (APR) emitida pelo responsável técnico da CONTRATADA; Esta PTRE deverá ficar exposta no local de trabalho até o seu término, devendo ser entregue ao seu chefe no final do trabalho; A área será considerada como segura somente após 30 minutos depois de concluído o serviço;

13.1.6.63. Para trabalho em altura, acima de 2,00 metros de altura com riscos de queda em sua proximidade, é obrigatória a adoção de medidas de controle contra queda e deve ser precedido de uma Permissão para trabalho com riscos especiais (PTRE) e Análise Preliminar de Riscos (APR) preenchidos pela empresa CONTRATADA e assinado pelo responsável da demanda (ebserh);

13.1.6.64. As ações de segurança devem seguir as recomendações das NR's 12, 18, 35 e seus anexos;

13.1.6.65. Para trabalho em telhados e coberturas devem ser utilizados dispositivos dimensionados por profissional legalmente habilitado e que permitam a movimentação segura dos trabalhadores, tais como: linhas de vida, passarelas e outros meios que o profissional legalmente habilitado responsável pelo cumprimento das normas de SST da empresa CONTRATADA possa utilizar;

13.1.6.66. É proibida a realização de trabalho ou atividades em telhados ou coberturas em caso de ocorrência de chuvas, ventos fortes ou superfícies escorregadias;

13.1.6.67. Uma equipe treinada e equipada deve estar presente para atuar em caso de sinistro e um plano de resposta a emergências deve ser elaborado;

13.1.6.68. As atividades devem ser precedidas de uma Permissão para trabalho com riscos especiais (PTRE) e Análise Preliminar de Riscos (APR) as quais serão identificados os riscos e as medidas de controle, devendo todo o pessoal da CONTRATADA envolvido na respectiva atividade, bem como cópia dos documentos deverão ser apresentadas à equipe de fiscalização, para só após iniciar a atividade;

13.1.6.69. O empregado deve exercer o direito de recusa se a atividade apresentar grave e iminente risco a condição ou situação de trabalho que possa causar acidente ou doença com lesão grave ao trabalhador e a terceiros, ou seja, nestas situações, o empregado, deve paralisar as atividades e comunicar ao seu superior imediato o qual deverá providenciar a adequação das condições de risco.

## **13.2. INSTALAÇÕES E ORGANIZAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRA**

13.3. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela construção, operação, manutenção e limpeza do Canteiro de Obra, bem Como a segurança patrimonial dessas instalações, mantendo-as em bom estado de higiene, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, de modo a prevenir a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho;

13.4. Deverá, ainda, armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e não obstruir portas e saídas de emergência, bem como impedir acesso aos equipamentos de combate a incêndio;

13.5. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela disponibilização e manutenção de equipamentos de proteção contra incêndio no canteiro de obras, bem como pelas devidas instruções de treinamento e utilização dos mesmos em situações de emergência e organização e manutenção do correspondente esquema de prevenção e combate a incêndios;

13.6. As instalações da CONTRATADA relativas ao Canteiro de Obras ocuparão a área a indicada pela FISCALIZAÇÃO; As instalações do Canteiro de Obras deverão ser executadas de forma a se obter edificações de bom aspecto e deverão conter somente as edificações absolutamente necessárias para atender aos serviços previstos.

13.7. A instalação da ligação provisória de energia elétrica deverá ser planejada e executada pela CONTRATADA;

13.8. Os sanitários a serem utilizados são os internos do HU-Furg, destinados ao uso de empresas terceirizadas;

13.9. A CONTRATADA será responsável pela organização e boa ordem dos trabalhos. Estará obrigada a observar todas as prescrições da FISCALIZAÇÃO neste sentido.

13.10. Em caso de greve caberá à CONTRATADA solicitar intervenção das autoridades, se for o caso, para manutenção da ordem no canteiro e proteção dos trabalhadores dispostos a continuar o trabalho;

13.11. A CONTRATADA é inteiramente responsável pelos serviços médicos, assistenciais, seguros, indenizações e demais obrigações decorrentes da legislação vigente, devidos aos empregados acidentados no canteiro;

13.12. A CONTRATADA está obrigada à plena e incondicional observância de todas as normas legais vigentes no país, assim como as Normas de Segurança.

13.13. O armazenamento dos equipamentos e materiais necessários aos serviços de campo, assim como seu controle e guarda, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

#### 13.14. **DIVERGÊNCIAS ENTRE DOCUMENTOS DO PROJETO DE ENGENHARIA**

13.15. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos do projeto de engenharia, fica estabelecido que:

13.15.1. Em caso de divergência entre as especificações de serviços e os desenhos do projeto, prevalecerão sempre as primeiras;

13.15.2. Em caso de divergência entre as cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras;

13.15.3. Em caso de divergência entre as Planilhas de Serviços e Preços e as Especificações dos Serviços, prevalecerão sempre as primeiras, desde que aprovadas pelo fiscal de contrato;

13.15.4. Em caso de divergência entre os desenhos de escala diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala (por exemplo: prevalecerá o desenho em escala 1:5 sobre o desenho em escala de 1:100);

13.15.5. Em caso de divergência entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre as mais recentes.

13.15.6. Em caso de divergência entre as plantas e a situação encontrada "in loco" (reforma de edificações), que acarrete em modificações perceptíveis no projeto, esta deverá ser comunicada a FISCALIZAÇÃO antes de sua execução.

13.16. Para todos os efeitos a FISCALIZAÇÃO deverá ser consultada antes de qualquer tomada de decisão quanto as possíveis divergências, e caberá a mesma a decisão, após consulta ao respectivo responsável técnico pela elaboração do documento, sobre o que prevalecerá.

#### 13.17. **HORÁRIOS DE EXECUÇÃO DA OBRA**

13.17.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços em jornada normal de trabalho e, a critério da FISCALIZAÇÃO, deverá alterá-la sempre que alguma atividade do HU-Furg assim o requerer. Tal alteração deverá sempre ser precedida de comunicação prévia por parte da FISCALIZAÇÃO.

#### 13.18. **DIÁRIO DE OBRAS**

13.18.1. O Diário de Obras é o livro, fornecido pela CONTRATADA, que deve ser mantido, permanentemente, em seu escritório de campo e onde serão anotadas, diariamente:

13.18.1.1. As informações do andamento das obras e serviços, contemplando no mínimo:

13.18.1.1.1. Número de funcionários e de equipamentos;

13.18.1.1.2. Condições de trabalho, condições meteorológicas;

13.18.1.1.3. Serviços executados;

13.18.1.1.4. Registro de ocorrências; e

13.18.1.1.5. Fatos relacionados, bem como os comunicados à FISCALIZAÇÃO e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

13.18.1.1.6. As ordens, observações e informações da FISCALIZAÇÃO;

13.18.1.1.7. Observações e comunicações da CONTRATADA;

13.18.2. O Diário de Obras deverá ser registrado e mantido de forma digital, por meio da plataforma MMGO, sistema oficial adotado pela contratante. O acesso ao sistema será fornecido pela contratante à contratada, juntamente com o manual de utilização do MMGO, contendo as orientações necessárias para o correto preenchimento e operação da ferramenta.

13.18.3. O registro deverá ser realizado de forma contínua e detalhada.

13.18.4. Em caso de indisponibilidade temporária do sistema MMGO ou falhas de acesso, a contratada deverá manter o registro do Diário de Obras em planilha eletrônica (formato Excel), a ser posteriormente convertida em arquivo PDF, assinada digitalmente pelo responsável técnico da contratada e pelo fiscal da contratante.

13.18.5. Após o restabelecimento do sistema, os registros realizados em meio alternativo deverão ser inseridos no MMGO, garantindo a continuidade, integridade e rastreabilidade das informações referentes à execução da obra.

#### 13.19. **EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA DA CONTRATADA:**

13.19.1. A CONTRATADA deverá possuir Responsável Técnico devidamente registrado junto ao CREA e/ou CAU, bem como equipe técnica multidisciplinar composta por profissionais habilitados, com experiência compatível com as áreas de atuação.

13.19.1.1. Engenheiro Civil ou Arquiteto como responsável técnico da obra e pela coordenação da execução de cada item da obra, devendo ser parte do quadro técnico efetivo da CONTRATADA

13.19.1.2. Engenheiro Mecânico como responsável técnico pelas instalações de climatização, gases e transporte vertical, podendo ser parte do quadro técnico de Subcontratada responsável pela execução.

13.19.1.3. Engenheiro Eletricista como responsável técnico pelas instalações de baixa e média tensão, podendo ser parte do quadro técnico de Subcontratada responsável pela execução.



13.19.1.4. Engenheiro de Telecomunicações como responsável técnico pelas cabeamento estruturado, rede lógica e telefonia, podendo ser parte do quadro técnico de Subcontratada responsável pela execução.

13.19.1.5. Engenheiro de Segurança do Trabalho como responsável técnico pelo cumprimento das normas regulamentadoras de segurança e saúde ocupacional, podendo ser parte do quadro técnico de Subcontratada.

13.19.1.6. Engenheiro de Automação como responsável técnico pelas instalações de automação predial, podendo ser parte do quadro técnico de Subcontratada responsável pela execução.

13.19.2. Os profissionais alocados deverão ser formalmente designados, possuir registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA/CAU ou MTE, conforme o caso) e permanecer disponíveis durante toda a execução dos serviços, sendo que qualquer substituição deverá ser previamente comunicada e aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

13.19.3. A CONTRATADA deverá emitir e apresentar a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao conselho profissional competente, relativa à execução das obras e serviços contratados.

13.19.4. O HU-FURG poderá exigir a substituição de qualquer profissional alocado no canteiro de obras, desde que verificada incompetência técnica, inobservância dos projetos, comprometimento da qualidade ou estabilidade do empreendimento, conduta incompatível com a boa administração do canteiro ou atrasos no cronograma físico que impliquem prorrogação do prazo final da obra. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após comunicação formal da FISCALIZAÇÃO.

## **13.20. ENCARGADO DE OBRAS**

13.20.1. O Encarregado de Obras é o profissional designado pela contratada para supervisionar, coordenar e controlar as atividades executivas no canteiro de obras, assegurando que todos os serviços sejam realizados conforme o projeto, o cronograma, o orçamento e as normas técnicas aplicáveis.

13.20.2. Compete ao Encarregado de Obras:

- coordenar as equipes de produção, distribuindo tarefas e acompanhando o andamento dos serviços;
- interpretar projetos e especificações técnicas, repassando as informações aos operários;
- zelar pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho, qualidade e organização do canteiro;
- garantir o uso adequado de materiais, equipamentos e recursos produtivos;
- comunicar-se diretamente com a fiscalização e com o responsável técnico da contratada, repassando informações sobre o andamento da obra;
- registrar diariamente as informações no Diário de Obras, podendo preencher e manter a documentação atualizada para posterior conferência e ciência do responsável técnico da contratada.

13.20.3. É importante destacar que o Encarregado de Obras não deve executar atividades manuais ou operacionais, devendo dedicar-se integralmente às funções de gestão, controle e supervisão das equipes, de modo a assegurar a boa condução dos serviços e o cumprimento dos prazos e metas estabelecidos.

## **13.21. RESPONSABILIDADE SOBRE A EQUIPE DE TRABALHO**

13.21.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pela composição, gestão e supervisão da equipe necessária à execução dos serviços, devendo:

- a) manter quantitativo suficiente de profissionais, incluindo funcionários de reserva, para garantir a continuidade dos serviços durante períodos de férias, afastamentos, licenças ou outras ocorrências que possam comprometer o cronograma de execução;
- b) providenciar, quando necessário, a realização de serviços no turno noturno ou em finais de semana, desde que previamente autorizado pela Fiscalização do Contrato, visando ao adiantamento ou à conclusão das etapas previstas, desde que tais atividades não causem prejuízo ao funcionamento, à segurança e à rotina assistencial do hospital;
- c) assegurar que qualquer substituição de profissional seja realizada por trabalhador com igual qualificação técnica, sem prejuízo à qualidade dos serviços contratados.

13.21.2. O não cumprimento destas condições poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.

## **13.22. INTEGRAÇÃO AOS SISTEMAS EXISTENTES**

13.22.1. Todos os sistemas a serem implantados deverão ser compatíveis, integrados e interligados aos sistemas já existentes no Hospital Universitário, incluindo, quando aplicável, CFTV, controle de acesso, redes de dados e demais sistemas de tecnologia, segurança e automação, garantindo a plena operacionalidade e continuidade dos serviços.

13.22.2. A CONTRATADA deverá assegurar a compatibilização entre todos os projetos e sistemas envolvidos, responsabilizando-se por eventuais interferências.

## **13.23. NORMAS**

13.23.1. Para a prestação dos Serviços Contratados neste escopo, a CONTRATADA deverá atender as normas da ABNT, ou Normas Estrangeiras pertinentes, além das legislações de âmbito federal, estadual, e municipal vigentes, incluindo-se as de caráter ambiental e de preservação e proteção cultural.

13.23.2. Na inexistência de Normas Nacionais correspondentes, sempre com a aprovação da CONTRATANTE, poderão ser aceitas outras Normas de reconhecida autoridade, que possam garantir o grau de qualidade desejado.

13.23.3. Não é obrigação da CONTRATANTE o fornecimento de qualquer norma ou legislação, exceto suas Normas Internas, as quais a CONTRATANTE também ficará submetida durante a realização dos serviços.

## **13.24. PRESERVAÇÃO DE PROPRIEDADES ALHEIAS**

13.24.1. A CONTRATADA deverá tomar cuidado na execução da obra, para evitar prejuízos, danos ou perdas, em benfeitorias existentes, serviços, propriedades adjacentes ou outras propriedades de qualquer natureza.

13.24.2. A CONTRATADA será responsável por qualquer prejuízo, dano ou perda a propriedades que resulte de suas operações.

13.24.3. A CONTRATADA deverá reparar substituir ou restaurar qualquer bem ou propriedade que for prejudicada, ou julgada danificada ou perdida, de maneira a readquirir condição tão boa quanto a anterior. A CONTRATADA executará reparos de quaisquer elementos danificados conforme determinações da CONTRATANTE. Caso estas providências não sejam efetuadas pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá, por sua livre escolha, fazer com que a reparação, substituição, restauração ou conserto seja executado por terceiros, caso em que as despesas daí advindas serão deduzidas dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

13.24.4. A CONTRATADA deve tomar o devido cuidado em localizar quaisquer construções, obras ou benfeitorias que possam afetar suas operações, quer constem ou não nos documentos fornecidos na licitação.

#### **13.25. QUALIDADE E GARANTIA**

13.25.1. A liberação dos projetos pela CONTRATANTE não desobrigará a CONTRATADA de sua plena responsabilidade com relação à sua implantação, incluindo quaisquer fatos que venham impossibilitar, prejudicar ou retardar a execução dos serviços, submetendo-a à todas as penalidades da legislação em vigor.

#### **13.26. CRONOLOGIA DA EXECUÇÃO**

13.26.1. A execução dos itens será autorizada mediante Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

13.26.2. A cronologia dos serviços a ser obedecida será a do cronograma físico-financeiro de cada item, obedecendo sempre os procedimentos executivos, requisitos técnicos e demais exigências do Caderno de Encargos.

13.26.3. A execução dos serviços será iniciada no primeiro dia após a emissão da Ordem de Serviço por parte do HU-Furg, cujas etapas observarão a cronologia de execução do cronograma físico-financeiro.

13.26.4. A CONTRATADA poderá solicitar a alteração da cronologia da execução ou da metodologia de execução do serviço, desde que demonstrada a superioridade das inovações em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução e de facilidade de manutenção ou operação, devendo esta solicitação ser analisada pelo fiscal técnico e responsável técnico pelo projeto, autorizando ou impedindo tal alteração.

#### **13.27. PROJETOS COMPLEMENTARES**

13.27.1. Serão contratados como parte do presente objeto os seguintes projetos complementares.

13.27.2. A elaboração dos projetos complementares pode ser subcontratada.

13.27.3. Os projetos complementares devem ser aprovados pela fiscalização.

13.27.4. Projeto Executivo de Climatização e Ventilação Mecânica

13.27.4.1. Este projeto consiste no aprimoramento do projeto básico de Climatização e Ventilação Mecânica com foco em eficiência energética.

13.27.4.2. As premissas de projeto (propriedades de ar externo, taxa de ocupação simultânea etc.) devem ser verificadas.

13.27.4.3. As cargas térmicas devem ser reavaliadas considerando alterações no isolamento térmico realizadas no projeto de arquitetura posteriores a conclusão do projeto básico de climatização e possíveis alterações nas premissas de projeto.

13.27.4.4. Deve ser elaborada uma proposta para melhoria da eficiência energética do sistema de climatização considerando as novas cargas térmicas e premissas, as quais levem potencialmente à redução da capacidade total prevista.

13.27.4.5. É esperado que o custo associado à possível adição de equipamentos/ componentes que melhorem a eficiência seja compensado pela redução da capacidade total prevista, de modo que o custo do sistema permanecerá o atualmente previsto na planilha orçamentária.

13.27.4.6. Alternativamente, caso ser verifique uma potencial melhoria na eficiência energética do sistema de modo que o valor do sistema proposto exceda o valor previsto na planilha orçamentária, o payback para as soluções propostas deve ser avaliado, sendo aceito um payback de no máximo de 5 anos.

13.27.4.7. Caso a proposta de melhoria seja aceita, total ou parcialmente, os parâmetros de projeto (pressões, manométricas, vazões, temperaturas de operação etc.) e os componentes e equipamentos devem ser revisados de acordo.

13.27.4.8. Caso a proposta de melhoria seja não seja aceita, devem de toda forma ser revisados os atuais parâmetros de projeto e os componentes e equipamentos.

13.27.4.9. Devem ser entregues como documentação de projeto as especificações, memoriais, pranchas e modelo 3D atualizados.

13.27.4.10. O prazo para conclusão desse projeto é de 90 dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço.

13.27.5. Projeto Executivo de Paisagismo

13.27.5.1. A execução do Projeto Executivo de Paisagismo deverá observar integralmente as diretrizes, referências, memoriais descritivos, condicionantes ambientais e demais determinações constantes do Projeto Básico, bem como as normas técnicas e legislações ambientais aplicáveis.

13.27.5.2. A CONTRATADA deverá desenvolver o Projeto Executivo de Paisagismo de forma compatibilizada com os projetos de arquitetura, urbanização, drenagem e demais disciplinas envolvidas, assegurando a viabilidade técnica, funcional e ambiental das soluções propostas.

13.27.5.3. O Projeto Executivo deverá detalhar, no mínimo, a implantação das áreas verdes, especificação das espécies vegetais, quantitativos, preparo do solo, sistemas de irrigação (quando aplicável), mobiliário urbano, acabamentos, cronograma de implantação e diretrizes de manutenção, em conformidade com o estabelecido no Projeto Básico.

13.27.5.4. Eventuais ajustes ou adequações necessárias deverão ser devidamente justificados tecnicamente e submetidos à análise e aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO, não sendo admitidas alterações que descaracterizem as premissas e soluções definidas no Projeto Básico, salvo autorização formal da CONTRATANTE.

13.27.5.5. O início da execução dos serviços vinculados ao Projeto Executivo de Paisagismo ficará condicionado à aprovação formal do projeto pela CONTRATANTE.

13.27.5.6. O prazo para conclusão desse projeto é de 90 dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço.

#### 13.27.6. Projeto de Automação Predial

13.27.6.1. Esse projeto consiste na análise de requisitos, definição da arquitetura do sistema, especificação do componentes, equipamentos e sistema BMS e elaboração da documentação de projeto.

13.27.6.2. O projeto deve integrar sistemas de climatização, iluminação, segurança, energia etc. para monitoramento.

13.27.6.3. A documentação do projeto consiste na lista de pontos (I/O list) que serão monitorados, nos memoriais descritivos (HVAC, iluminação, hidráulica, energia, segurança), na especificação técnica dos componentes e equipamentos, nas plantas de implantação, no descritivo do sistema de monitoramento incluindo a lógica de controle, e nos procedimentos de teste e comissionamento.

13.27.6.4. O prazo para conclusão desse projeto é de 90 dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço.

#### 13.27.7. Projeto Executivo de Revisão do Sistema de Abastecimento, Bombeamento, Reservação e Filtragem de Água

13.27.7.1. Este projeto consiste na revisão e no aprimoramento do projeto básico do sistema de abastecimento, bombeamento, reservação e filtragem de água, com foco no redimensionamento adequado dos sistemas, em função de inconsistências identificadas no dimensionamento original.

13.27.7.2. As premissas de projeto deverão ser integralmente verificadas e, se necessário, corrigidas, incluindo demandas de consumo, simultaneidade, pressões mínimas e máximas, vazões, volumes de reservação e critérios operacionais.

13.27.7.3. Deverão ser reavaliados e redimensionados os sistemas de filtragem de água, considerando a qualidade da água de entrada, vazões de projeto, perdas de carga e regime de operação.

13.27.7.4. O dimensionamento dos sistemas de bombeamento deverá ser revisado, incluindo seleção e adequação de conjuntos motobomba, barriletes, recalques, sucções, pressurização, manometria e dispositivos de proteção e controle.

13.27.7.5. Deverá ser revista a reservação inferior e superior, incluindo cisterna de água potável, cisterna de água da chuva e castelo d'água, com verificação dos volumes, interligações, extravasores, ventilação e dispositivos de segurança.

13.27.7.6. Caso a revisão resulte em alterações significativas de equipamentos ou componentes, deverão ser atualizados os parâmetros de projeto e as especificações técnicas correspondentes.

13.27.7.7. Deverão ser entregues como documentação de projeto os memoriais descritivos e de cálculo, especificações técnicas, pranchas gráficas e, quando aplicável, modelo 3D, todos atualizados e compatibilizados com os demais projetos.

13.27.7.8. O prazo para conclusão deste projeto é de 60 dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço.

#### 13.27.8. Projeto Executivo de lógica e telefonia

13.27.8.1. Este projeto consiste na definição da arquitetura lógica da rede corporativa GPON, do sistema de telefonia digital e da infraestrutura lógica do datacenter, contemplando segmentação, segurança e gerenciamento da solução.

13.27.8.2. O projeto deverá integrar os sistemas de dados e voz, garantindo segregação lógica, priorização de tráfego e compatibilização com os demais projetos.

13.27.8.3. As premissas técnicas, requisitos mínimos e diretrizes obrigatórias para elaboração do projeto encontram-se descritas no Anexo XIII do projeto básico (58085176).

13.27.8.4. Deverão ser entregues como documentação de projeto os memoriais descritivos, diagramas lógicos e especificações técnicas atualizadas.

13.27.8.5. O prazo para conclusão deste projeto é de 90 dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço.

#### 13.27.9. Projeto As Built Multidisciplinar

13.27.9.1. O projeto as built multidisciplinar consiste no conjunto de projetos de todas as disciplinas executadas, devidamente atualizados conforme a obra realizada, incluindo, no mínimo, arquitetura, instalações elétricas, hidrossanitárias, sistemas de climatização e gases medicinais.

13.27.9.2. Devem ser entregues especificações técnicas de componentes e equipamentos, memórias, pranchas e modelos 3D, todos atualizados conforme a execução da obra, acompanhados do relatório fotográfico, com fotos numeradas e identificando o local das alterações destes pontos no respectivo projeto.

## 14. **MODELO DE GESTÃO E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### 14.1. **DO MODELO EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO**

14.1.1. A gestão do contrato será realizada pelo Setor de Infraestrutura Física, que designará o respectivo gestor do contrato.

14.1.2. A equipe de fiscalização contratual e a empresa CONTRATADA utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões presenciais de trabalho com o preposto, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

14.1.3. A empresa contratada deverá indicar preposto, aceito pela Ebserh, para representá-la durante a execução do contrato.

14.1.4. Após a assinatura do Termo de Contrato será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços contratados.

14.1.5. A pauta dessa reunião observará, pelo menos, a apresentação do preposto da empresa, pelo representante legal da Contratada, designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual. Além disso, informações sobre a prestação dos serviços e expectativas estabelecidas no Projeto e no contrato serão objeto de informe na citada reunião.

14.1.6. A equipe de fiscalização contratual e as empresas a serem contratadas utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida: reuniões presenciais de trabalho; telefonemas; videoconferências; mensagens eletrônicas (e-mail ou comunicadores instantâneos) e/ou correspondências oficiais.

14.1.7. Sempre que houver alteração em algum dos números de telefone ou canal de comunicação, a CONTRATADA deverá informar as alterações à FISCALIZAÇÃO imediatamente.

14.1.8. O prazo de execução dos serviços será iniciado a partir da emissão da ordem de serviço pelo fiscal do contrato.

14.1.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

14.1.10. A contratada apresentará ao USOST do HU-Furg a documentação solicitadas nos Requisitos Higiene e Segurança do Trabalho.

14.1.11. O objeto do contrato deverá ser efetivamente executado sob a supervisão do profissional legalmente habilitado, indicado pela empresa, no momento da apresentação dos documentos de habilitação.

14.1.12. Antes do início da execução dos serviços, será realizada uma reunião inicial, na forma presencial ou virtual, que contará obrigatoriamente com a presença do preposto e dos servidores designados para realizar a fiscalização.

14.1.13. Tão logo se dê início à execução do contrato, cabe à CONTRATADA atuar pelo andamento do serviço contratado, ficando responsável por zelar pelo cumprimento dos prazos acordados.

14.1.14. O objeto do contrato só será recebido na hipótese da conclusão total da etapa prevista do serviço acordada entre as partes e as aprovações legais.

14.1.15. A empresa Contratada deverá manter endereço eletrônico corporativo para correspondência com a Fiscalização do HU-Furg.

14.1.16. Os serviços serão avaliados pela Fiscalização, que fará inspeções periódicas de acompanhamento da execução dos serviços no campo.

14.1.17. A Fiscalização possui a prerrogativa de apontar os serviços não conformes, de qualidade indesejada ou que necessitem correções, como também apontar o uso de materiais de baixa qualidade ou em desacordo com as especificações dos projetos executivos.

14.1.18. Os custos das correções de serviços, substituição e/ou devolução de materiais serão de responsabilidade da CONTRATADA.

14.1.19. Caso se constate atrasos na evolução dos serviços através do acompanhamento do cronograma executivo, a Fiscalização cobrará apresentação de Plano de Ação à CONTRATADA, para buscar a aderência ao cronograma previamente consolidado.

14.1.20. Caso as medidas adotadas pela CONTRATADA para retomada do ritmo de execução não tenham resultados, será necessária a repactuação do cronograma executivo dos serviços com a Fiscalização.

14.1.21. Caso a Fiscalização constate que, mesmo com o novo cronograma executivo pactuado, não seja possível manter a data final de entrega da demanda pelo serviço de engenharia, a CONTRATADA será notificada e serão avaliados os prejuízos dessa postergação ao HU-Furg, podendo a Fiscalização, conforme contrato, aplicar as sanções que julgar pertinente nesses casos.

14.1.22. Não poderá a CONTRATADA pleitear aditivos sob alegação de atrasos na evolução dos serviços, ultrapassando o período de execução do Orçamento e Cronograma Físico Financeiro.

14.1.23. Pleitos relativos a custos indiretos, tais como manutenção da equipe técnica, ou manutenção do canteiro de obras e locações de equipamentos, dentre outros, que ocorrerem em função do atraso na execução dos serviços por parte da CONTRATADA, com postergação na data de entrega final do objeto contratual, não serão aceitos pela Fiscalização.

14.1.24. A Fiscalização, caso detecte que determinado serviço ou produto entregue esteja desconforme, poderá paralisar as frentes de trabalho, liberando a execução somente após a correção da não conformidade detectada, dentro dos padrões de qualidade contratuais.

14.1.25. A existência da Fiscalização não exime a CONTRATADA de executar os serviços para entrega do objeto, conforme contrato firmado com a CONTRATANTE.

14.1.26. A responsabilidade por serviços de má qualidade, e inclusive o ônus pelos reparos, cabe inteiramente à CONTRATADA.

14.1.27. À Fiscalização caberá apontar as falhas observadas, notificar a CONTRATADA e exigir a reparação.

14.1.28. A recusa da CONTRATADA pela reparação de eventuais serviços que apresentem baixa qualidade, apontados pela Fiscalização, conforme item anterior, poderá ensejar aplicação de sanções à CONTRATADA previstas em contrato.

## 14.2. **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

14.3. Os serviços e materiais serão medidos conforme executados na obra e de acordo com o cronograma físico-financeiro

detalhado, entregue pela Contratada e formalmente aceito na proposta de preços.

14.4. Tratando-se de regime de execução de empreitada por preço global, as medições serão realizadas por etapas de serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, em conformidade com o orçamento referencial, cronograma, BDI e Leis Sociais para proposta, respeitada a rigorosa correspondência com os projetos e modificações expressas e previamente aprovadas pela Contratante.

14.5. Nas contratações de empreitada por preço global, medem-se as etapas de serviço de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.

14.6. A medição do item "Administração Local", conforme recomendação do Acórdão nº 2.369/2011 - Plenário/TCU, será feito na proporção da execução financeira dos serviços em conformidade referencial com o orçamento referencial, cronograma, BDI e Leis Sociais para proposta, de forma a garantir que a obra termine concomitantemente proporcional ao percentual de pagamento de 100% da parcela de administração local. Busca-se com esse critério que a Contratada tome as medidas cabíveis para resguardar o ritmo programado da obra, já que não será beneficiada com aditivos de valor por motivo de prorrogação de prazo em decorrência de atrasos pelos quais possa vir a dar causa.

14.7. Os boletins de medição dos serviços executados deverão ser apresentados pela contratada em até 5 (cinco) dias corridos após a conclusão da etapa do cronograma-físico financeiro devidamente acompanhado de memória de cálculo de cada um dos serviços, materiais e etapas medidos.

14.8. A Fiscalização terá 10 (dez) dias úteis para a avaliação (aprovação ou contestação) da medição apresentada.

14.9. Em momento anterior à emissão da Nota Fiscal para pagamento e como condição indispensável para emissão do ateste, a Contratada deverá apresentar ao fiscal técnico designado a prévia da medição contendo os produtos gerados dos serviços executados e os valores a serem pagos, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

14.10. A Contratada deverá elaborar o Relatório de Execução dos Serviços relativo à cada um dos períodos de medição, informando todos os serviços executados durante o período, incluindo ainda, no mínimo:

- 14.10.1. Quantitativos de cada uma das etapas e serviços executados;
- 14.10.2. Memorial de cálculo dos quantitativos das etapas e serviços executados;
- 14.10.3. Valores unitários e totais;
- 14.10.4. Registro fotográfico do antes e depois dos serviços constantes nas faixas A e B da curva ABC do orçamento;
- 14.10.5. Registro fotográfico geral da obra;
- 14.10.6. Relatório Diário de Obra do período de medição;
- 14.10.7. Laudos e resultados de ensaios e testes executados no período da medição, conforme normas ABNT NBR e legislação vigente, quando aplicável;
- 14.10.8. Registro de levantamentos, cálculos e gráficos necessários a discriminação e determinação dos serviços efetivamente executados.

14.11. Para a quantificação e aferição dos serviços, serão utilizados os critérios e metodologias expressas no instrumento convocatório. Em caso de omissões, poderão ser utilizados os manuais e normativas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) ou outra bibliografia de referência que se aplique ao caso concreto.

14.12. Para fins de obtenção de ateste da Nota fiscal, deverão ser apresentados os seguintes documentos, no que couber:

- 14.12.1. Planilha de Medição aprovada;
- 14.12.2. Diário de obra do período devidamente assinado por ambas as partes;
- 14.12.3. Relatório fotográfico dos serviços efetivamente executados;
- 14.12.4. Notas fiscais dos materiais e equipamentos entregues na obra no período, quando aplicável;
- 14.12.5. Entrega parcial do As Built;
- 14.12.6. Comprovantes de destinação dos resíduos;
- 14.12.7. Curva do avanço físico-financeiro;
- 14.12.8. Cronograma da obra atualizado mantendo-se sempre congelada a linha de base original;
- 14.12.9. Contratos de trabalho (apenas quando da realização do 1º pagamento feito a cada empregado);
- 14.12.10. Folha de pagamento;
- 14.12.11. Comprovantes de recolhimento e pagamento do INSS;
- 14.12.12. Comprovantes de recolhimento e pagamento do FGTS;
- 14.12.13. Recibos de pagamento, individual e por função;
- 14.12.14. Recibos de vales refeição e transporte;
- 14.12.15. Cartões/registro ponto;
- 14.12.16. Rescisões de contratos de trabalho, quando for o caso;
- 14.12.17. Outros, quando solicitado pelo fiscal administrativo designado para o acompanhamento da obra.

14.13. A Contratante informará ao representante da Contratada o valor correto para emissão da Nota Fiscal;

14.14. A liberação do pagamento das medições estará condicionada a total conformidade com as exigências referentes à Segurança e Saúde Ocupacional;



14.15. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

14.16. A liberação do pagamento da medição final (última medição) está vinculada a:

14.16.1. Entrega do Manual de Uso, Operação e Manutenção das Edificações (NBR 14.037/11), contendo informações descritivas da obra e instruções de operação, manutenção e conservação, quando necessário esse documento;

14.16.2. Entrega dos certificados de garantia de todos os equipamentos instalados na obra, anexado à respectiva Nota Fiscal de compra (ou cópia autenticada) do material, quando adquiridos pela Contratada;

14.16.3. Apresentação dos projetos As Built, acompanhados do relatório fotográfico, com fotos numeradas e identificando o local das alterações destes pontos no respectivo projeto;

14.16.4. Saneamento de todas as eventuais pendências apontadas no TRP;

14.16.5. Todas as outras exigências apresentadas nas plantas, memoriais descritivos e caderno de encargos de cada item.

#### 14.17. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL POR DESEMPENHO

14.17.1. Nos termos do art. 10 do RLCE 2.0, a presente contratação admite a aplicação de remuneração variável, vinculada ao desempenho da contratada, conforme critérios objetivos definidos nesta cláusula.

14.17.2. A remuneração variável será paga a título de bonificação adicional, desde que atendidas as condições estabelecidas, sem prejuízo das demais obrigações contratuais. O pagamento somente ocorrerá nos casos em que não haja extrapolação do limite orçamentário fixado para a contratação bem como haja aprovação formal da Administração contratante

#### 14.17.3. METAS ELEGÍVEIS À BONIFICAÇÃO

META	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	BONIFICAÇÃO (%)
1	Entrega da unidade com funcionamento operacional antecipado em até 90 dias, sem pendências registradas em relatório de vistoria final	Até 6 % do valor global
2	Entrega da unidade com funcionamento operacional antecipado em até 60 dias, sem pendências registradas em relatório de vistoria final	Até 4 % do valor global
3	Entrega da unidade com funcionamento operacional antecipado em até 30 dias, sem pendências registradas em relatório de vistoria final	Até 2 % do valor global
4	Entrega da unidade com funcionamento operacional antecipado em até 20 dias, sem pendências registradas em relatório de vistoria final	Até 1 % do valor global
5	Entrega da unidade com funcionamento operacional antecipado em até 15 dias, sem pendências registradas em relatório de vistoria final	Até 0,5% do valor global

14.17.4. A bonificação será concedida mediante os seguintes requisitos cumulativos:

I - Apresentação de documentação comprobatória (relatórios, registros fotográficos, certificações ou documentos fiscais);

II - Elaboração de parecer técnico da equipe de fiscalização atestando o cumprimento da meta;

III - Aprovação expressa pela Administração contratante;

IV - Existência de saldo orçamentário e financeiro disponível;

14.17.5. A bonificação tem caráter excepcional e não será devida em caso de inadimplemento contratual, mesmo que parcial.

#### 15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

15.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções.

15.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida.

15.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

15.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

15.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA;

15.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

15.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

15.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

15.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

15.6.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade

responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

- 15.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 15.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 15.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 15.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 15.11. Exigir da CONTRATADA que providencie, a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, de 28/04/2022, e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto.
- 15.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 15.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 15.14. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 15.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução
- 15.16. Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo da ordem de serviço, quando for o caso:
- 15.16.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 15.16.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 15.16.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 15.16.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
- 15.16.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 15.16.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 76 da Lei nº 13.303/16 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

## 16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Obrigações	Grau de Penalidade em Caso de Descumprimento
16.1. Executar os serviços conforme especificações do projeto básico e ordem de serviço, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas necessárias.	4
16.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.	4
16.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução da ordem de serviço, bem como por todo e qualquer dano causado à Ebserh, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.	7
16.4. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante, independentemente de culpa ou de dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante.	7
16.5. Empregar na execução dos serviços, mão de obra treinada, qualificada e capacitada para realização das atividades, em conformidade com as normas e determinações em vigor.	1
16.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.	5
16.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:	

<p>1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;</p> <p>2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;</p> <p>3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</p> <p>4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e</p> <p>5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.</p>	3
16.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.	4
16.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.	2
16.10. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.	3
16.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.	2
16.12. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.	5
16.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.	2
16.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico no prazo determinado.	3
16.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.	3
16.16. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.	5
16.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.	6
16.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.	5
16.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.	7
16.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.	5
16.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.	3
16.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.	3
16.23. Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE.	3
16.24. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.	1
16.25. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.	1
16.26. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico.	6

16.27.	Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE.	1
16.28.	Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido.	1
16.29.	Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.	4
16.30.	Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.	1
16.31.	Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.	3
16.32.	Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nºs. 6.496/77 e 12.378/2010).	3
16.33.	Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.	3
16.34.	Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo preposto técnico responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à FISCALIZAÇÃO e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.	5
16.34.1.	Juntamente com o registro diário no Diário de Obras, a CONTRATADA se obriga a registrar no mesmo dia, qualquer alteração de projeto no respectivo "as built".	
16.35.	Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	8
16.36.	Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:  a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;  b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:  I - resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;  II - resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;  III - resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;  IV - resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.  a) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;  b) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.	3
16.37.	Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:	
16.37.1.	Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites	

<p>máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;</p> <p>16.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;</p> <p>16.37.3. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.</p>	3
<p>16.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia;</p> <p>16.38.1. A CONTRATADA também será responsável pelos danos causados ao HU-Furg e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia e/ou omissão.</p>	5
<p>16.39. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos.</p>	3
<p>16.40. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;</p>	3
<p>16.41. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.</p>	2
<p>16.42. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva de CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.</p>	4
<p>16.43. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.</p>	3
<p>16.44. A CONTRATADA está obrigada à plena e incondicional observância de todas as normas legais vigentes no país, incluindo todas as Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3.214/78 do MTE, em especial às citadas a seguir:</p> <p>NR 06: Equipamento de proteção individual;</p> <p>NR 10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;</p> <p>NR 12: Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;</p> <p>NR 18: Condições e Meio ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;</p> <p>NR 33: Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados; e</p> <p>NR 35: Trabalho em Altura.</p>	4
<p>16.45. Garantir que seja vedado o ingresso ou a permanência de trabalhadores no canteiro de obras, sem que estejam assegurados pelas medidas previstas na NR 18 e compatíveis com as fases da ordem de serviço.</p>	3
<p>16.46. Fornecer, quando solicitada, esclarecimentos e informações técnicas à contratante, acerca do serviço a ser executado por escrito, bem como todas as medidas de segurança que serão adotadas para realização dos mesmos.</p>	4
<p>16.47. Receber visitas da equipe de saúde e segurança do trabalho da contratante, prestando todas as informações necessárias solicitadas.</p>	3
<p>16.48. A CONTRATADA deverá por ocasião da realização de serviços que envolvam instalações elétricas e serviços com eletricidade cumprir os ditames da NR 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE, mormente no que diz respeito à capacitação, habilitação, e qualificação contínuas dos seus profissionais que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade no âmbito da obra em epígrafe.</p>	4
<p>16.49. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;</p>	8



16.50. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;	8
16.51. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008;	8
16.52. Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 6, de 6 de julho de 2018.	4
16.53. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras - CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB n.º 2.061, de 20 de dezembro de 2021.	4
16.54. Manter quantitativo suficiente de profissionais, incluindo funcionários de reserva, para garantir a continuidade dos serviços durante períodos de férias, afastamentos, licenças ou outras ocorrências que possam comprometer o cronograma de execução.	7
16.55. Assegurar que qualquer substituição de profissional seja realizada por trabalhador com igual qualificação técnica, sem prejuízo à qualidade dos serviços contratados.	5

## 17. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

17.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- a) adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- c) manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- d) adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- e) cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- f) orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- g) comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

17.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

- a) cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- b) apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- c) não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- d) quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

## 18. SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, desde que restrita a parcelas específicas e tecnicamente justificadas, que não caracterizem a atividade principal da CONTRATADA, observadas as condições a seguir.

18.2. A subcontratação deverá ser previamente solicitada e formalmente aprovada pela Fiscalização da CONTRATANTE, a qual avaliará a pertinência técnica, a compatibilidade com o objeto contratual, os aspectos logísticos e a manutenção da responsabilidade integral da CONTRATADA pela execução dos serviços.

18.3. A subcontratação poderá abranger até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, desde que devidamente justificada e autorizada, permanecendo vedada qualquer forma de subcontratação integral do objeto ou de repasse da atividade principal.

18.4. Poderão ser aceitas subcontratações específicas e estritamente necessárias para a adequada execução das demandas

por serviços de engenharia, especialmente para serviços técnicos especializados que não constituam a atividade principal da empresa de construção civil, tais como:

- Climatização;
- Gases;
- Instalações elétricas baixa e média tensão;
- Cabeamento estruturado e telecomunicações;
- Automação;
- Datacenter;
- Fabricação e instalação de equipamentos customizados.

18.5. A empresa ou profissional subcontratado deverá atender integralmente às exigências técnicas, legais e trabalhistas impostas ao licitante vencedor, bem como a todos os requisitos previstos no Edital, no ETP e no Projeto Básico.

18.6. Quando aplicável, a empresa subcontratada deverá ser credenciada pelo fabricante para instalação dos equipamentos, especialmente quando tal credenciamento for condição para a validade da garantia, devendo a CONTRATADA apresentar à Fiscalização o respectivo Certificado de Credenciamento.

18.7. Adicionalmente, poderá ser admitida a subcontratação de profissionais legalmente habilitados, tais como engenheiro civil e engenheiro mecânico, na condição de pessoa jurídica, para a execução de atividades técnicas específicas, desde que:

- apresentem integralmente a documentação exigida para qualificação técnico-profissional;
- comprovem o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao conselho profissional competente, quando atuarem como responsáveis técnicos.

18.8. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da CONTRATANTE, antes do início das atividades, toda a documentação dos subcontratados relativa às exigências de qualificação técnica e trabalhistas, mantendo-a vigente durante todo o período da subcontratação.

18.9. A admissão de subcontratação parcial não implica prejuízo das responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA, a quem caberá:

- transmitir às subcontratadas todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços;
- coordenar e supervisionar as atividades executadas;
- responder integralmente por danos, erros, falhas, atrasos ou prejuízos causados à CONTRATANTE.

18.10. Qualquer atraso decorrente da apresentação intempestiva ou incorreta da documentação dos subcontratados será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sujeitando-a às penalidades contratuais cabíveis.

18.11. A eventual substituição de subcontratados previamente aprovados dependerá de anuência prévia e expressa da CONTRATANTE, devendo o substituto atender às mesmas condições técnicas e legais estabelecidas no Edital e seus anexos.

18.12. A CONTRATADA deverá incluir, em todos os contratos celebrados com subcontratados, cláusula que assegure à Administração amplo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, bem como vedação expressa à subcontratação do objeto subcontratado.

18.13. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece integral a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento de todas as obrigações assumidas.

18.14. Destaca-se, ainda, que a localização do HU-FURG na cidade de Rio Grande/RS, município geograficamente afastado dos principais centros industriais e fornecedores especializados, restringe o universo de empresas aptas à execução direta desses serviços, tornando a subcontratação medida necessária para assegurar a viabilidade técnica, a qualidade da execução e o cumprimento dos prazos contratuais.

## **19. EMPRESAS EM CONSÓRCIOS**

19.1. Em conformidade com o disposto no art. 35, inciso XIX, do RLCE 2.0 e no art. 15, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, nesta licitação será admitida a possibilidade de Consórcio, subscrito pelos consorciados atendidas as condições estabelecidas neste projeto Básico.

- 19.1.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 19.1.2. Indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh;
- 19.1.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 19.1.4. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;
- 19.1.5. Habilitação técnica, quando exigida, por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, por meio do somatório dos valores de cada consorciado;
- 19.1.6. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para a capacidade econômico-financeira;
- 19.1.7. Constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato;
- 19.1.8. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio;

19.1.9. A empresa-líder do consórcio será a responsável pela obtenção da senha de acesso junto ao Provedor do Sistema, ficando responsável pela oferta dos lances durante o certame, em nome do consórcio.

## **20. ENTREGÁVEIS TÉCNICOS AO FINAL DA OBRA**

20.1. Ao término da execução da obra, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, como condição para o recebimento definitivo, os seguintes entregáveis mínimos obrigatórios:

I - Projetos “as built” de todas as disciplinas executadas, devidamente atualizados conforme a obra realizada, incluindo, no mínimo, arquitetura, instalações elétricas, hidrossanitárias, sistemas de climatização e gases medicinais;

II - Manual de Uso, Operação e Manutenção da edificação e dos sistemas instalados, em conformidade com a ABNT NBR 14037, contemplando orientações específicas para a operação e manutenção dos sistemas de climatização, de automação predial e dos elevadores, incluindo periodicidade de manutenção, recomendações técnicas, cuidados operacionais e condições de garantia;

III - Relatórios de comissionamento das instalações e sistemas, comprovando o atendimento às condições exigidas em projeto;

IV - Manuais técnicos, certificados de garantia e documentação do fabricante referentes aos equipamentos, incluindo comprovação de instalação por empresa ou profissional habilitado, quando exigido para validade da garantia;

20.2. O não atendimento integral aos entregáveis acima impedirá o recebimento definitivo da obra, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

## **21. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

21.1. Nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, será designada formalmente Equipe de Fiscalização do Contrato - EFC com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

21.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis e necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

21.3. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

21.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

21.5. A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste projeto básico.

21.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

21.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

21.8. A fiscalização dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará os Instrumentos de Medição de Resultados (IMR), Anexo VII, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

21.8.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

21.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

21.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

21.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

21.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

21.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

21.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

21.15. No caso de obras, cumpre, ainda, à FISCALIZAÇÃO:

- 21.15.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a CONTRATADA apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:
- 21.15.2. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- 21.15.3. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- 21.15.4. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- 21.15.5. aos depósitos do FGTS; e
- 21.15.6. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 21.15.7. solicitar, por amostragem, aos empregados da CONTRATADA, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;
- 21.15.8. oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS.

21.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- 21.16.1. Conferência diária do diário de obras da CONTRATADA;
- 21.16.2. Fiscalização diária do serviço, pela CONTRATANTE;
- 21.16.3. Relatório fotográfico;
- 21.16.4. Acompanhar a atualização do "*as built*".

21.17. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

21.18. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste projeto básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

21.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

21.20. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

## **22. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

22.1. A emissão da Nota Fiscal deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo das ordens de serviços, mensalmente, nos termos abaixo:

22.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

22.3. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

22.4. A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

22.5. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

22.5.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

22.5.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

22.5.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

22.5.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

22.5.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;

22.5.1.5. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas

22.6. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

22.6.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

22.6.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

22.6.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

22.7. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, a fiscalização deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

22.7.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela FISCALIZAÇÃO e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

22.7.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

22.7.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela FISCALIZAÇÃO, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

22.8. O recebimento da última etapa será realizada da seguinte forma:

22.8.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita do contratado;

22.8.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais;

22.8.3. O prazo para recebimento definitivo será de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório.

22.8.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

22.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

22.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento será feito sempre em razão do regime de execução adotado no edital.

23.2. O pagamento do item “Administração da Obra”, conforme recomendação do Acórdão nº. 2.369/2011 – Plenário/TCU, será feito na proporção da execução financeira dos serviços em conformidade com o cronograma físico-financeiro, de forma a garantir que a obra chegue ao fim juntamente com a medição e o pagamento de 100% da parcela de administração local. Busca-se com esse critério que a contratada tome as medidas cabíveis para resguardar o ritmo programado da obra já que não será beneficiada com aditivos de valor por motivo de prorrogação de prazo em decorrência de atrasos pelos quais seja responsável.

23.3. O pagamento de itens do orçamento relativos ao fornecimento de equipamentos cujo preço unitário do item for superior a R\$ 50.000,00 poderá ser realizado em 3 (três) fases segundo os critérios a seguir.

23.3.1. Fase 1 - Compra dos equipamentos: Pagamento de 25% do valor total do item do orçamento mediante apresentação da Nota Fiscal da compra dos equipamentos do item.

23.3.2. Fase 2 - Recebimento dos equipamentos: Pagamento de 25% valor total do item mediante aprovação pela Fiscalização na Inspeção de Recebimento dos equipamentos do item.

23.3.2.1. A Inspeção de Recebimento consiste na verificação das especificações de produto conforme especificações de projeto e do estado geral do equipamento mediante inspeção visual.

23.3.2.2. A Inspeção de Recebimento deverá ser realizada conjuntamente pela Contratada e Fiscalização após o recebimento do equipamento nas dependências da Contratante.

23.3.3. Fase 3 - Entrega final do equipamento: Pagamento de 50% do valor total do item do orçamento mediante aprovação pela Fiscalização na Inspeção de Entrega Final dos equipamentos do item, ou do sistema do qual o equipamento faz parte quando a funcionalidade do equipamento somente possa ser verificada em função da funcionalidade do sistema.

23.3.3.1. A Inspeção de Entrega Final consiste na verificação do funcionamento do equipamento ou sistema conforme especificações de projeto, definições de fabricante e norma técnicas vigente mediante inspeção visual, medições, laudos de startup, laudos de comissionamento etc.

23.3.3.2. A Inspeção de Entrega Final deverá ser realizada conjuntamente pela Contratada e Fiscalização após startup/comissionamento do equipamento ou sistema.

23.3.4. Para todas as fases, onde aplicável, poderá ainda ser realizado o pagamento do valor parcial do item do orçamento proporcional à quantidade de unidades compradas/ aprovadas na respectiva fase.



23.4. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, de acordo com as exigências administrativa em vigor.

23.5. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este projeto básico.

23.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

23.6.1. o prazo de validade;

23.6.2. a data da emissão;

23.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante (entre eles: nome do objeto, nº do contrato e nº do empenho);

23.6.4. o período de prestação dos serviços;

23.6.5. o valor a pagar;

23.6.6. os dados bancários para pagamento; e

23.6.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis (as pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal).

23.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

23.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23.9. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

23.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

23.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

23.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

23.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

23.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

23.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

23.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

23.16. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

## 24. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

24.1. Para que haja um entendimento completo e correto do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), explanam-se aqui os conceitos e metodologias utilizadas na elaboração do mesmo.

24.1.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é composto e será avaliado por três indicadores, sendo:

a) Índice de Desempenho de Prazos (IDP);

b) Ocorrências Registradas nos Relatórios Diários de Obras (RDO); e

c) Atraso na entrega de documentações de medição/fiscalização.

Quadro 01 - Resumo dos Indicadores

Instrumento de Medição de Resultados - Etapa xx			
Indicador	Descrição	Valor da Glosa (R\$)	Glosa % máxima
1.1	IDP	R\$ -	3,30%
1.2	Ocorrências registradas no RDO	R\$ -	7,70%
1.3	Documentos entregues fora do prazo	R\$ -	0,50%
Totais		R\$ -	11,50%
		R\$ -	R\$ -

24.2.1. Índice de Desempenho de Prazos (IDP): Segundo Terribili Filho (2010), o Índice de Desempenho de Prazo (IDP) é um índice que mostra a eficiência do tempo utilizado pela equipe do projeto com relação ao cronograma. Ou seja, o IDP mostra a taxa de conversão do Valor Planejado em Valor Agregado. É obtido pela divisão entre o Valor Agregado (VA) e o Valor Planejado (VP).

$$IDP = VA/VP$$

IDP maior que 1, indica que o desempenho real da equipe do projeto é maior que o planejado;

IDP menor que 1, indica que o desempenho real da equipe do projeto é menor que o planejado;

IDP igual a 1, indica que o desempenho real da equipe do projeto é igual ao planejado;

Quadro 02 - Resumo do indicador de desempenho de prazo

1.1. Índice de Desempenho de Prazo (IDP)						
Indicador	Valor Previsto da Etapa R\$ (VP)	Valor medido R\$ (VA)	IDP	(%) Glosa aplicado	Valor da Glosa (R\$)	
IDP	R\$ -	0,00	-	0,00%	R\$	-

Quadro 03 - Faixas de glosas para o indicador de desempenho de prazo

Faixa de IDP	(%) Glosa máximo	Justificativa
IDP ≥ 0,95	0,0%	Dentro do prazo planejado, sem penalidade.
0,85 ≤ IDP < 0,95	0,1%	Pequeno atraso, penalidade moderada.
0,71 ≤ IDP < 0,85	0,9%	Atraso significativo, penalidade intermediária.
0,56 ≤ IDP < 0,71	1,7%	Alto risco de impacto no cronograma, penalidade elevada.
0,42 ≤ IDP < 0,56	2,5%	Atraso crítico, quase no limite da glosa máxima.
IDP < 0,42	3,3%	Muito abaixo do esperado, penalidade máxima.

Aplicação de penalidade	
0,35 ≤ IDP < 0,42	Processo administrativo: advertência
IDP < 0,35	Processo administrativo: multa de 10% do valor da etapa
Persistência	Processo administrativo: rescisão contratual

24.3. A glosa sobre o indicador IDP incidirá sobre o valor medido (executado), sendo o percentual máximo de 3,3%, conforme quadro 03 anterior.

24.4. O segundo indicador é o de Ocorrências Registradas nos Relatórios Diários de Obras (RDO).

24.4.1. Este indicador avaliará as ocorrências registradas nos RDO's por grupos temáticos como: Ocorrências relacionadas à segurança no trabalho, qualidade do serviço, limpeza e organização do canteiro e atraso na resolução de não conformidades.

24.4.2. Cada grupo terá um percentual máximo de glosa variável, conforme o estabelecido neste projeto básico, totalizando para este indicador uma glosa máxima de até 7,70%. Sendo um exemplo abaixo:

Quadro 04 - Resumo do indicador de ocorrências registradas nos RDOs

1.2. Ocorrências Registradas no RDO							
Valor medido no mês R\$ -		Glosa potencial máxima R\$ - % 7,70%		Glosa prevista R\$ - % 0,00%			
Grupo	Descrição da ocorrência	Modo	(%) Glosa prevista	Quantidade	(%) Glosa aplicado	Valor	(%) Glosa máxima
Segurança no Trabalho	Falta de uso de EPIs e EPCs obrigatórios.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	1,50%
	Falta de manutenção adequada de sinalização de segurança, isolamento de áreas de risco e comunicação visual conforme NR 26 e NR 18.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
	Descumprimento de normas de segurança e saúde do trabalho não especificadas em outros itens do IMR.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
	Total máximo limitado				0,00%	R\$ -	
Qualidade do Serviço	Execução fora das especificações de projeto ou normas técnicas; utilização de materiais não previstos ou de qualidade inferior; e uso de materiais/equipamentos sem aprovação prévia da fiscalização.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	0,50%
	Retrabalho decorrente de falhas executivas, não conformidades técnicas ou inadequação de procedimentos construtivos.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
	Ausência ou não conformidade nos ensaios e testes exigidos em instalações hospitalares (como gases medicinais, climatização, elétrica, hidráulica etc.).	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
	Total máximo limitado				0,00%	R\$ -	
Limpeza e Organização do Canteiro	Acúmulo de resíduos em locais inadequados no canteiro de obras.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	0,50%
	Falta de organização de materiais e equipamentos.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
	Destinação incorreta de resíduos.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
	Pessoas não autorizadas no canteiro de obras.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
Total máximo limitado					0,00%	R\$ -	

Grupo	Descrição da ocorrência	Modo	(%) Glosa prevista	Quantidade	0	Valor	(%) Glosa máxima
Impacto Operacional no Hospital	Interrupção não autorizada de serviços essenciais (água, energia, gases medicinais)	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	0,50%
	Ruídos em horários não permitidos em áreas críticas (UTI, centro cirúrgico, enfermarias)	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
	Obstrução de rotas de fuga, saídas de emergência ou acessos do hospital.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
	Execução de atividades sem comunicação prévia a fiscalização.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
Total máximo limitado					0,00%	R\$ -	

Grupo	Descrição da ocorrência	Modo	(%) Glosa prevista	Quantidade	(%) Glosa aplicado	Valor	(%) Glosa máxima
Gestão Ambiental	Ausência de controle de efluentes líquidos, não segregação de resíduos conforme a legislação ambiental e hospitalar e descarte irregular de resíduos perigosos e contaminantes.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	0,20%
Total máximo limitado					0,00%	R\$ -	

Grupo	Descrição da ocorrência	Modo	(%) Glosa prevista	Quantidade	(%) Glosa aplicado	Valor	(%) Glosa máxima
Segurança do Paciente e Controle de Infecção	Execução de serviços sem cumprir protocolo do Manual de Controle de Infecção Hospitalar do HU-Furg.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	1,00%
Total máximo limitado					0,00%	R\$ -	

Grupo	Descrição da ocorrência	Modo	(%) Glosa prevista	Quantidade	(%) Glosa aplicado	Valor	(%) Glosa máxima
Identificação e Padronização	Ausência de crachá de identificação por trabalhador.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	1,00%
	Crachá de identificação ilegível ou danificado.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
	Uso de uniforme fora do padrão definido para a obra ou em condições inadequadas de limpeza e conservação para o ambiente hospitalar.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
Total máximo limitado					0,00%	R\$ -	

Grupo	Descrição da ocorrência	Modo	(%) Glosa prevista	Quantidade	(%) Glosa aplicado	Valor	(%) Glosa máxima
Gestão e Atualização de Documentos e Cronogramas	Não comparecimento do responsável técnico na reunião semanal/quinzenal	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	1,00%
	Atraso na atualização do cronograma físico-financeiro da obra.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
	Atraso na entrega de documentação técnica exigida.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
	Não apresentação do plano de atividades semanal/quinzenal.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
	Não atualização do diário de obra no prazo (prazo a ser definido pela fiscalização).	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
Total máximo limitado					0,00%	R\$ -	

Grupo	Descrição da ocorrência	Modo	(%) Glosa prevista	Quantidade	(%) Glosa aplicado	Valor	(%) Glosa máxima
Conduta e Relacionamento Profissional	Falta de respeito com a equipe de fiscalização, ou recusa de atendimento às orientações da fiscalização	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	0,50%
	Comunicação inadequada com trabalhadores do HU, terceirizados, pacientes e acompanhantes.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
Total máximo limitado					0,00%	R\$ -	

Grupo	Descrição da ocorrência	Modo	(%) Glosa prevista	Quantidade	(%) Glosa aplicado	Valor	(%) Glosa máxima
Controle de Acesso e Circulação	Entrada de trabalhadores sem a devida liberação na portaria.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	0,50%
	Uso de rotas inadequadas para transporte de entulho ou materiais.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
	Circulação nas demais áreas do hospital sem autorização prévia.	Por ocorrência	0,05%	0	0,00%	R\$ -	
Total máximo limitado					0,00%	R\$ -	

Grupo	Descrição da ocorrência	Modo	(%) Glosa prevista	Quantidade	(%) Glosa aplicado	Valor	(%) Glosa máxima
Atraso na resolução de não conformidades	Ocorrências registradas sem solução no prazo estipulado	Por ocorrência	0,250%	0	0,00%	R\$ -	0,50%
	Falta de ações corretivas para problemas recorrentes	Por ocorrência	0,250%	0	0,00%	R\$ -	
Total máximo limitado					0,00%	R\$ -	

#### 24.5. O terceiro indicador é relacionado a Documentação de medição/fiscalização entregue fora do prazo.

24.5.1. Este indicador avaliará se a documentação para a medição das etapas foi entregue completa e dentro dos prazos previstos no Projeto Básico.

24.5.2. Da mesma forma que o indicador anterior, a glosa máxima para o indicador será de até **0,5%** considerando o valor medido na etapa (executado).

24.5.3. Sendo a documentação avaliada:

Quadro 05 - Resumo do indicador de documentação de medição/fiscalização entregue fora do prazo



## 1.3. Atraso na entrega de documentos

Valor medido no mês R\$ -

Descrição da ocorrência	Dias de atraso	(%) Glosa prevista	Valor	(%) Glosa máxima
Atraso na entrega dos documentos de medição	20 dia(s)	0,370%	R\$ -	0,50%

Dias de atraso	(%) Glosa máximo
0	0,000%
Até 10 dias	0,120%
Até 15 dias	0,245%
Até 20 dias	0,370%
Acima de 20 dias	0,495%

Quadro 06 - Relação de documentos previstos para o terceiro indicador

01	Cronograma físico atualizado do Planejado x Executado
02	Resumo das informações à Previdência Social
03	Relação dos trabalhadores: quantitativo correto do pessoal contratado, incluindo também terceirizados, sua respectiva lotação atribuições, que devem estar de acordo com o contrato celebrado
04	Cópia do comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a outras Entidades e Fundos por FPAS
05	Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos - Conectividade Social (GFIP)
06	Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) e INSS (GPS) com autenticação mecânica ou acompanhada de recolhimento bancário ou o comprovante emitido, quando o recolhimento for efetuado pela internet, que deverá ser coincidente com os valores contidos na documentação indicada
07	Situação de regularidade da contratada por meio de consulta junto ao Sicafe, quanto a Certidão Negativa de Débito - CND do INSS, a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS
08	Apresentação de folha de pagamento de salários no prazo legal estabelecido
09	Apresentação do fornecimento de vales transporte e alimentação/refeição, quando cabíveis
10	Apresentação da efetiva quitação do 13º salário, que deverá ocorrer até o fim do mês de dezembro de cada ano, em observância à legislação vigente
11	Apresentação da concessão de férias e o pagamento do adicional de 1/3 legal devido
12	Comprovação do cumprimento de eventuais direitos trabalhistas contidos nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho
13	Contratos de trabalho (apenas quando da realização do 1º pagamento feito a cada empregado)
14	Folha de pagamento
15	Guias de contribuição sindical
16	Recibos de pagamento, individual e por função
17	Cartões/registro ponto
18	Rescisões de contratos de trabalho, quando for o caso
19	Comprovação de treinamentos obrigatórios
20	Recebimento da comprovação de realização de exames médicos admissionais, periódicos e demissionais, quando de sua ocorrência
21	Entrega de ordem de serviço
22	Entrega do PGR e PCMSO
23	Entrega da Análise Preliminar de Risco - APR
24	Entrega de Permissão de Trabalho, quando aplicável
25	Comprovação da entrega de EPIS
26	Entrega do termo de recebimento do Manual de Procedimentos de Segurança do Trabalho para Empresas Prestadoras de Serviços
27	Entrega do diário de obras

24.5.4. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico e Gestor do contrato avaliar, periodicamente, a execução do objeto da contratação.

24.5.5. Caso não seja atingido o nível de execução esperado para o escopo de fornecimento, a empresa Contratada terá desconto no valor a ser pago na etapa pela Contratante.

24.5.6. Além disso, uma vez verificado o baixo desempenho através do IDP negativo, a empresa Contratada deverá apresentar no prazo de 30 dias um cronograma de recuperação do atraso, que se aprovado pela fiscalização poderá ensejar na suspensão da aplicação da glosa até que o desempenho seja regularizado conforme o cronograma pactuado. Não o sendo aprovado, as glosas serão efetuados normalmente.

24.5.7. O desconto realizado em função do IMR não impede outras penalidades por descumprimentos contratuais de aspectos não relacionados ao mesmo de forma concomitante para a avaliação da prestação dos serviços.

24.5.8. Nesse sentido, ainda que a Contratada se enquadre na faixa (A) - de IDP superior ou igual a 0,95 - em que não haja desconto de fatura aplicado por meio do IMR, poderão ocorrer normalmente outras penalidades que se aplicam em função de índice de desempenho menor que 1,00. A mesma coisa se aplica para os outros indicadores do IMR.

24.5.9. Deverão ser descontadas do cálculo do IMR os itens previstos não executados por falta da Contratante e/ou de ações alheias à capacidade de atuação da Contratada, conforme julgamento da equipe de fiscalização do contrato.

24.5.10. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites permitidos pelo art. 177 do RLCE 2.0;

b) não configure descaracterização do objeto contratado.

## **25. REAJUSTE**

- 25.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 25.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 25.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.
- 25.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.
- 25.5. É indevido o pagamento de reajuste de preços resultante de atraso na execução contratual em razão de fatos imputáveis à CONTRATADA.
- 25.6. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da Contratada.
- 25.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 25.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 25.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 25.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 25.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **26. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 26.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação; podendo optar por uma das seguintes modalidades:
- 26.1.1. caução em dinheiro;
- 26.1.2. seguro-garantia, emitido por instituição credenciada na Superintendência de Seguros Privados - Susep; ou
- 26.1.3. fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.
- 26.1.4. A garantia será liberada ou restituída após execução do contrato desde que cumpridas as obrigações contratuais, de acordo com as condições previstas neste projeto básico e nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, sendo atualizada monetariamente na hipótese de caução em dinheiro.
- 26.1.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 26.1.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 26.2. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do 6º do artigo 144 do RLCE 2.0.
- 26.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 26.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 26.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 26.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- 26.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 26.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 26.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 26.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 26.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 26.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA

obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

26.9. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

26.10. Será considerada extinta a garantia:

26.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

26.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

26.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

26.12. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Projeto Básico.

## 27. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a contratante poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

27.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

27.1.2. **Multa de:**

27.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre valor da ordem de serviço em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

27.1.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de serviço, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

27.1.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da ordem de serviço, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

27.1.2.4. 0,02% a 1,0% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 4 e 5**, abaixo;

27.1.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

27.1.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

27.1.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

27.2. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

27.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

27.3.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

27.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 4 e 5, sendo a tabela 4 utilizada também como referência para o item 16 (Obrigações da Contratada) deste projeto básico:

Tabela 04 - Grau e correspondência

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,02 % sobre o valor total do contrato
2	0,04 % sobre o valor total do contrato
3	0,05 % sobre o valor total do contrato
4	0,1 % sobre o valor total do contrato
5	0,2 % sobre o valor total do contrato
6	0,5 % sobre o valor total do contrato
7	0,75 % sobre o valor total do contrato
8	1,0 % sobre o valor total do contrato

Tabela 05 - Descrição e grau

ITEM	DESCRIÇÃO	MODO	GRAU
1	Não fixar a placa da obra conforme previsão legal.	Por ocorrência	4
2	Deixar de Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades.	Por ocorrência	4
3	Deixar de indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.	Por ocorrência	4
4	Deixar de prestar esclarecimentos, quando solicitados.	Por ocorrência	1

5	Não comunicar alteração de Responsável Técnico.	Por ocorrência	3
6	Deixar de manter documentos de habilitação e condições de participação exigidas neste Projeto Básico, anexos e legislação específica.	Por ocorrência	3
7	Executar sem tapume ou manter tapume irregular, sem atender a legislação vigente.	Por ocorrência	2
8	Deixar de reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados	Por ocorrência	7
9	Deixar de providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, conforme previsão legal.	Por ocorrência	4
10	Não manter a calçada pública livre e em condições de uso para os pedestres durante a execução da obra.	Por ocorrência	4
11	Executar obras sem observar a boa técnica construtiva e as condições de salubridade e de habitabilidade.	Por ocorrência	5
12	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico, Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas.	Por ocorrência	3
13	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	Por ocorrência	8
14	Executar obras sem o cumprimento das exigências municipais, estaduais e federais.	Por ocorrência	5
15	Executar obras sem responsável técnico.	Por ocorrência	6
16	Executar obras em desconformidade com o projeto.	Por ocorrência	4
17	Não comunicar formalmente a paralisação da obra.	Por ocorrência	8
18	Permitir que a obra ofereça perigo para a saúde ou segurança de terceiros.	Por ocorrência	8
19	Atraso na data de início da obra.	Por dia	1
20	Atraso de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro.	Por dia	1
21	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	8
22	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados.	Por empregado e por dia	3
23	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	Por serviço e por dia	5
24	Retirar funcionários ou encarregado do serviço durante expediente, sem anuência prévia da contratante.	Por empregado e por dia	1
25	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	Por funcionário e por dia	1
26	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador.	Por ocorrência	5
27	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenta às necessidades do serviço.	Por funcionário e por dia	6
28	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nessa tabela, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador.	Por ocorrência	5
29	Atraso na entrega de ART devidamente registrada pelo responsável técnico da obra	Por disciplina e por dia	1

27.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- 27.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 27.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 27.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- 27.5.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 27.5.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 27.5.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 27.5.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 27.5.8. não mantiver a proposta;
- 27.5.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 27.5.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

27.6. As demais sanções (multas) devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da Ebserh e, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

27.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o devido processo legal ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/2016, no RLCE 2.0, na Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSERH - no que for compatível com o RLCE 2.0 -, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

27.8. Deverá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela empresa contratada.

27.9. Caso o CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

27.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, a Ebserh

poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

27.11. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

27.12. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Ebserh a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0;

27.13. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Ebserh ou cobrada judicialmente;

27.14. O HU-Furg informará os dados relativos às sanções por ele aplicado aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/13, bem como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF.

27.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

27.16. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

27.17. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

27.18. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

27.19. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no SICAF.

27.20. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

## **28. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

28.1. Com base na Lei nº 14.133/2021, art. 6º, incisos XII, o objeto tem a natureza de obra, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

28.2. O regime de execução do contrato adotado será o de contratação empreitada por preço global, logo, o projeto básico da contratação, juntamente com seus anexos, será completo, adequado e suficiente para permitir a elaboração das propostas do certame licitatório e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

28.3. A contratação, dos itens deste projeto básico, dar-se-á por meio de LICITAÇÃO, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, utilizando-se da modalidade Concorrência, em razão do enquadramento do objeto como obra de engenharia, aplicando-se as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, versão 2.0 (RLCE 2.0).

28.3.1. O critério de julgamento será o de Maior Desconto Global, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

28.3.1.1. Visando a evitar jogo de planilha, os valores unitários que irão compor o dimensionamento da proposta do fornecedor não podem ultrapassar a estimativa da Administração com referência na Tabela SINAPI. O detalhamento dos valores está contido no Anexo I - Planilha de Serviços.

28.3.2. O modo de disputa será o ABERTO.

28.3.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,75%.

## **28.4. Da proposta**

28.4.1. Durante o pregão eletrônico, a empresa será solicitada a enviar sua proposta com documentação em formato digital descrita a seguir.

28.4.1.1. Os arquivos digitais devem ser compilados em arquivo único em formato ZIP, sem utilização de subpastas.

28.4.1.2. Os nomes de arquivos digitais devem ser curtos, contendo no máximo 30 caracteres.

### **28.4.2. Relação de Documentação Técnica**

28.4.2.1. Documento em formato PDF contendo uma tabela com informações sobre a documentação técnica relevante para a avaliação da proposta, conforme modelo disponibilizado no Anexo XII.

28.4.2.2. Não devem ser enviados documentos que não atendam a itens específicos deste Projeto Básico e/ou que não estejam mencionados na Relação de Documentação Técnica. Somente arquivos mencionados na Relação e Documentação Técnica serão avaliados pela Equipe Técnica.

### **28.4.3. Planilha Orçamentária**

28.4.3.1. Planilha em formato PDF e XLS editável contendo o orçamento proposto conforme modelo disponibilizado no Anexo XIII.

28.4.3.2. O valor total da proposta apresentada deve coincidir com o lance dado no pregão.



28.4.3.3. O valores dos itens da proposta devem prever todos os custos e despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação de serviços do objeto deste projeto básico.

28.4.3.4. Os valores dos itens da proposta devem ser apresentados com BDI e sem BDI.

28.4.3.5. Os valores dos itens da proposta devem ser apresentados com separação para mão de obra e materiais.

28.4.4. Atestado de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria:

28.4.4.1. Documento em formato PDF conforme item 5 deste documento. Um modelo de declaração de dispensa de vistoria é disponibilizado no Anexo III.

28.4.5. Documentação de habilitação técnico-operacional e técnico-profissional

28.4.5.1. Documentos em formato PDF conforme item 28.5 deste documento.

28.4.5.2. Documentação de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

28.4.5.3. Documentos em formato PDF conforme item 28.6 deste documento.

28.5. **Critérios de Habilitação Técnica: Operacional e Profissional**

28.5.1. As empresas deverão comprovar a qualificação técnica mediante a apresentação dos documentos elencados neste subitem.

28.5.2. As qualificações técnicas exigidas para habilitação estão na tabela abaixo:

Tabela 06 - Qualificação técnica

ITEM	QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL (a)	QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL (b)
Reforma do Anexo Ambulatorial e Revitalização dos Passeios Públicos e Acessos do Hospital	<p>a.I - Comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) em plena validade, onde constem os seus responsáveis técnicos, devidamente registrados nos conselhos regulamentadores de suas atividades.</p> <p>a.II - Comprovação de que executou serviços de engenharia por, no mínimo, 01 (um) ano. Será admitida, para fins de comprovação: atestados de capacidade técnica, certidão de acervo técnico, e contratos de prestação de serviço.</p> <p>a.III - Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por empresa pública ou privada, devidamente registrado(s) no Conselho Regional competente, comprovando a experiência da empresa na prestação de serviços, e que comprovem expressamente que executou obras ou reformas de edificações em quantidade mínima de 2000 m². Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados, desde que cada atestado comprove, no mínimo, 200 m².</p> <p>a.IV - Comprovação de que executou ou subcontratou instalações de climatização com tratamento de ar central em área superior a 1500 m², ou capacidade de refrigeração superior a 100 TR. Será admitida, para fins de comprovação: atestados de capacidade técnica, certidão de acervo técnico, e contratos de prestação de serviço.</p> <p>a.V - Comprovação de que executou ou subcontratou instalações elétricas em baixa tensão em área de no mínimo 2000 m². Será admitida, para fins de comprovação: atestados de capacidade técnica, certidão de acervo técnico, e contratos de prestação de serviço. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados, desde que cada atestado comprove, no mínimo, 200 m².</p>	<p>b.I - Certidão de Registro de Pessoa Física expedida pelo CREA/CAU do engenheiro civil ou arquiteto responsável, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada.</p> <p>b.II - Comprovação do vínculo profissional entre a empresa proponente e o responsável técnico, na data prevista para entrega da proposta, que pode ser feita mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, cópia do contrato de trabalho, cópia do contrato de prestação de serviços sem vínculo trabalhista ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional (Acórdão nº 1450/2022-Plenário; Acórdão nº 872/2016-Plenário).</p> <p>b.III - Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA/CAU do engenheiro civil ou arquiteto responsável, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT relativo à execução de obras ou reformas de edificações em quantidade mínima de 2000 m². Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados, desde que cada atestado comprove, no mínimo, 200 m².</p>

28.5.3. O(s) Atestado(s) ou Certidão(ões) deverá(ão) contar, no mínimo, as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa prestadora do(s) serviço(s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

28.5.3.1. No decorrer da execução do objeto o responsável técnico indicado poderá ser substituído por profissional de

experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

28.5.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

28.5.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

28.5.6. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

28.5.7. A exigência de quantitativo mínimo relativo à execução dos serviços nos requisitos de qualificação técnico-profissional visa a garantir a boa performance técnica dos serviços prestado.

## **28.6. Critérios de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista**

28.6.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

28.6.2. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

28.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos da contratação sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e no Edital.

## **29. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

29.1. O valor estimado do objeto licitatório será público.

29.2. O preço na proposta deverá prever todos os custos e despesas diretas e indiretas relacionadas com a prestação de serviços do objeto deste projeto básico. O valor estimado do objeto foi obtido com base na planilha de descrição e quantitativo anexa.

29.3. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições deste contrato e sua proposta, acréscimos ou supressões nos serviços, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor constante do contrato, a teor do que dispõe o artigo 81, §1 da Lei 13.303/2016 e o artigo 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

## **30. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

30.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos neste termo de referência; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **31. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

31.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

- a) Gestão/Unidade: 26443/155908
- b) Fonte de Recursos: 1002A00000
- c) Programa de Trabalho: 234146
- d) Elemento de Despesa: 339039.05
- e) Plano Interno: UDPV0000000

## **32. ANEXOS**

32.1. Os seguintes anexos integram este projeto básico:

- 32.1.1. ANEXO I - PROJETO E ORÇAMENTO (58356275)
- 32.1.2. ANEXO II - TERMO DE VISTORIA (57939741)
- 32.1.3. ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - DISPENSA DE VISTORIA (57939779)
- 32.1.4. ANEXO IV - MODELO ORDEM DE SERVIÇO (57939814)
- 32.1.5. ANEXO V - IMR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (57939862)
- 32.1.6. ANEXO VI - MATRIZ DE RISCOS (58343682)
- 32.1.7. ANEXO VII - CHECKLIST DE PREVENÇÃO DE INFECÇÃO HOSPITALAR (57939958)
- 32.1.8. ANEXO VIII - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO (57940006)
- 32.1.9. ANEXO IX - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (57940034)
- 32.1.10. ANEXO X - NOTA TÉCNICA 05/2022 (57940102)
- 32.1.11. ANEXO XI - MANUAL DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (57940155)
- 32.1.12. ANEXO XII - RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA (58363026)
- 32.1.13. ANEXO XIII - LÓGICA E TELEFONIA (58085176)

## **33. ENCAMINHAMENTOS FINAIS**

33.1. Segue para aprovação da Gerência Administrativa.

33.1.1. **Designação da Equipe:** Portaria-SEI 562/2025 (52855456), publicada no Boletim nº 533 de 01 de setembro de 2025.

### Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

**ELIELTON CHAVES FRAZAO**

Engenheiro Eletricista  
HU-Furg/EBSERH

(assinado eletronicamente)

**FLAVIA DIANA BATAIOLLI AMARAL**

Engenheira Civil  
HU-Furg/EBSERH

(assinado eletronicamente)

**FRANCISCO AUGUSTO ARENHART**

Engenheiro Mecânico  
HU-Furg/EBSERH

(assinado eletronicamente)

**RAQUEL RAMOS SILVEIRA DA MOTA**

Arquiteta  
HU-Furg/EBSERH

(assinado eletronicamente)

**RODRIGO RODRIGUES DA SILVA**

Engenheiro de Produção  
HU-Furg/EBSERH

(assinado eletronicamente)

**LUIZA YOUNAN SIMÕES**

Assistente administrativo - Administração

(assinado eletronicamente)

**VITOR WAWRICK**

Chefe do Setor de Infraestrutura Física  
HU-Furg/EBSERH

33.2. De acordo.

33.3. A contratação do serviço em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da Instituição.

33.4. Sendo assim, aprovo o projeto básico conforme seus próprios fundamentos.

(assinado eletronicamente)

**TOMÁS DALCIN**

Gerente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Augusto Arenhart, Engenheiro(a) Mecânico(a)**, em 26/02/2026, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL RAMOS SILVEIRA DA MOTA, Arquiteto(a)**, em 26/02/2026, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO RODRIGUES DA SILVA, Engenheiro(a) de Produção**, em 26/02/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Wawrick, Chefe de Setor**, em 26/02/2026, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elielton Chaves Frazao, Engenheiro(a) Eletricista**, em 26/02/2026, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Younan Simões, Assistente Administrativo**, em 27/02/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tomas Dalcin, Gerente**, em 27/02/2026, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA DIANA BATAIOLLI AMARAL, Engenheiro(a) Civil**, em 05/03/2026, às 08:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **58342522** e o código CRC **83DF95A7**.

